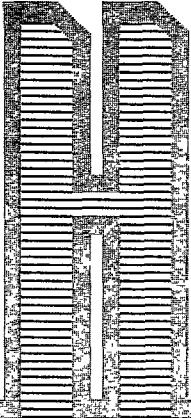




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 089

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 205^a SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Apreciação de matéria

Requerimento nº 13/84-CN, lido em sessão anterior, do Presidente da Comissão Mista incumbida do estudo das propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 7/84, solicitando nova prorrogação de prazo para emissão de seu parecer. Aprovado.

1.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, pela ordem — Suscitando esclarecimentos junto à Mesa, relativos à não inclusão em Ordem do Dia da Emenda Theodoro Mendes, que restabelece eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Considerações sobre a convenção do PDS realizada em Brasília. Transcrição do discurso pronunciado pelo Sr. Tancredo Neves, quando da homologação de sua candidatura à sucessão presidencial.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Entrevista concedida pelo Sr. Paulo Goldschmidt, Diretor Financeiro da VASP.

DEPUTADO RENATO VIANNA — Necessidade de uma maior atenção por parte do Governo Federal no controle das cheias do rio Itajaí-Açu, em Santa Catarina.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPLICY — Defesa da aprovação da Emenda Theodoro Mendes. Pouca participação que estaria ocorren-

do por parte de parlamentares, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o funcionamento do Mercado Financeiro do País.

FALA DA PRESIDÊNCIA — Resposta à indagação feita pelo Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy, na presente sessão.

DEPUTADOS DACY PASSOS E LUIZ HENRIQUE — Regulamentação do Colégio Eleitoral.

DEPUTADO JORGE CARONE — Visita feita hoje, por S. Ex^a, ao Presidente Figueiredo.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Sugestões apresentadas pela Associação e Centro de Estudos da Pequena e Média Empresa, de Campinas — SP, visando viabilizar a situação em que se encontra a micro, pequena e média empresas.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Necessidade do aperfeiçoamento do Estatuto da Microempresa.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Posição adotada pelo PDT na obstrução das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia. Regulamentação do Colégio Eleitoral.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Análise à entrevista concedida à revista *Veja* pelo Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

DEPUTADO RONALDO CAMPOS — Irregularidades que estariam ocorrendo na administração do Município de Santarém — PA.

DEPUTADO SINVAL GUAZZELLI, como Líder — Não inclusão, em Ordem do Dia, da Emenda Theodoro Mendes. Considerações sobre possível regulamentação do Colégio Eleitoral, por ato da Mesa do Senado Federal.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 7/83, que revoga os §§ 5º e 6º do art. 152 da vigente Constituição da República Federativa do Brasil. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 33/83, que altera a redação do § 5º do art. 152 da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

1.3.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. José Fogaça e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 206^a SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE AGOSTO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Manifestação dos meios empresariais e da Imprensa sergipana sobre o voto aposto pelo Senhor Presidente da República ao projeto de lei que dispõe sobre o pagamento de **royalties** sobre o petróleo extraído no litoral dos Estados e Municípios.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Conclusões do “I Fórum São Paulo”, realizado no mês de julho passado, em São Paulo — SP.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Trabalho do Dr. Marco Antônio Mastrobuono, Vice-Presidente do Instituto de Engenharia do Estado de São Paulo, sob o título “Acordo de Cartagena” — A Integração Andina em seu XV Aniversário”.

DEPUTADO RENAN CALHEIROS — Greve dos professores e dos funcionários das universidades federais autárquicas, encerrada esta semana.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — *Habeas corpus* impetrado pelo Sr. Shigeaki Ueki, no Segundo Tribunal de Alçada de São Paulo, visando à retirada da denúncia apresentada pelos Promotores da Baixada Santista, com relação ao episódio da Vila Socó.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Carta recebida do Sr. Governador Franco Montoro.

2.2.2 — Questão de ordem

— Suscitada pelo Sr. Manoel Costa Júnior e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 20 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 207^a SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE JANEIRO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Manoel Costa Júnior e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 205^a Sessão Conjunta, em 15 de agosto de 19842^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Jaison Barreto

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloisio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Muller — José Fragelli —

Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Fleming — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epi-tácio Cafeteira — PMDB; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS.

Ceará

Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio

Marcilio — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Elquission Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Prisco Viana — PDS; Virgílio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Denis Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kfuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Johnsson — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Muller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 253 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Encontra-se sobre a mesa o Requerimento nº 13/84-CN, pelo qual o Presidente da Comissão Mista incumbida do estudo das Propostas de Emenda à Constituição nºs 6 e 7, de 1984, solicita prorrogação por mais 30 dias do prazo concedido àquele Órgão em prorrogações anteriores.

A Presidência irá submetê-lo à deliberação do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário é concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há uma decisão da maior importância da Mesa do Senado e também da Câmara dos Deputados e da sessão do Congresso que a Nação aguarda com enorme interesse. De um lado, o Presidente do Senado, o Senador Moacyr Dalla, afirma que ainda não pode colocar na Ordem do Dia a Emenda Theodoro Mendes, que restabelece as eleições diretas em dois escrutínios para a Presidência da República, em função de não ter havido ainda a unanimidade dos partidos políticos, uma vez que na reunião que tratou do assunto não estava presente o Líder do PDS, o Deputado Nelson Marchezan. Só estavam presentes os Líderes dos quatro outros partidos: PMDB, PT, PTB e do PDT, que querem já expressar a sua vontade de apreciar a Emenda Theodoro Mendes, neste semestre inclusive agora, também, o Líder da Frente Liberal tem-se manifestado abertamente em favor da apreciação do projeto restabelecendo as eleições diretas imediatamente. Mas, por outro lado, em reunião divulgada pela imprensa, os Líderes do PDS e do PTB, com a anuência do PMDB, anunciam que será marcada para breve uma reunião do Congresso Nacional onde será colocada na Ordem do Dia, para apreciação, o projeto que regulamenta a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral. Mas para isso não houve a aprovação do PT e do PDT e há a reprovação de muitos membros do próprio PMDB, do grupo Só Diretas, que tem aqui insistido em que nada seja colocado em tramitação antes do projeto que restabelece as eleições diretas.

Esta a pergunta que faço ao Presidente do Senado: como pode S. Ex^a justificar a não colocação na Ordem do Dia do Projeto Theodoro Mendes, solicitada pela maioria dos membros desta Casa, e aceite a colocação na Ordem do Dia, nas sessões da Câmara e do Senado, do projeto referente à regulamentação do Colégio Eleitoral? Esta é a pergunta que fazemos ao Presidente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — A Mesa diligenciará e deverá atender à solicitação formulada pelo nobre Deputado até o final do período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Brasil assistiu neste último fim de semana às Convenções de dois partidos. O PMDB lançou as candidaturas de Tancredo de Almeida Neves e José Sarney. Todos nós, que temos compromissos com as eleições diretas, com a Assembléia Nacional Constituinte e com as reformas básicas, que esta Nação precisa e são inadiáveis, verificamos que há necessidade de nos unirmos para que possamos, em conjunto, promover, no dia 15 de janeiro, a liquidação deste processo contra a democracia em nosso País e reconstruirmos uma sociedade onde as mudanças e as reformas sociais tenham, ao lado da institucionalização do País, a prioridade número um que representa os objetivos e ansiedades de toda a Nação. Por outro lado, assistimos, com pesar, àquele fausto exibido pelos convencionais do PDS na sua Convenção. No momento em que toda a população brasileira mais carente se debate ansiosamente em busca de um meio de sobrevivência, todos nós, democratas, lamentamos que o episódio da Convenção do PDS não tenha sido apenas um exemplo de democracia, mas, acima de tudo, uma concorrência de privilégios, de vantagens individuais, em detrimento dos objetivos maiores da Nação.

Verificamos também que, além da candidatura do Ministro Andreazza, também foi derrotado o Presidente Figueiredo, todo o Palácio do Planalto e os seus Ministros

de Estado, com exceção do Ministro do Planejamento, do Ministro da Justiça e dos Ministros militares, que procuraram ficar à margem do processo eleitoral e das divisões partidárias. E isso é um mérito. À medida que os dirigentes das Forças Armadas brasileiras tomam atitude de ficar à margem de todo esse processo em que a sociedade brasileira está envolvida, eles estão cumprindo o preceito constitucional. Por isso estamos aqui a incentivá-los e a aplaudi-los a que continuem assim, no pressuposto de que a Lei Maior está acima de qualquer interesse de grupos e de vantagens individuais.

Os Srs. Governadores de Estado também foram derrotados. Com eles desaparece todo um mecanismo de força e de atuação que se desenvolvia nos Estados da Federação, para sufocar a ação das bases partidárias. Vemos, pois, perspectivas de reconstruir as bases partidárias em princípios ideológicos e programáticos, desaparecendo, assim, a influência nefasta do poder econômico e das vantagens individuais das oligarquias.

Sr. Presidente, o eminente Governador Tancredo Neves deixou ontem o Governo do Estado de Minas Gerais, para o qual foi eleito pelo voto soberano do seu povo, depois de tantos anos de luta em busca desse objetivo, deixando 31 meses de Governo nas mãos do eminente companheiro Hélio Garcia, a fim de se descompatibilizar e concorrer à Presidência da República. Temos certeza de que Tancredo Neves, com sua experiência, com a sua altivez, com sua dignidade e seu passado profundo, haverá de orientar e nortear este País para novos rumos e novas perspectivas.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a seja incorporado ao meu pronunciamento o discurso que S. Ex^a fez e que representa peça importante no momento atual e, ao mesmo tempo, na projeção diante da História, para que as novas gerações acompanhem os acontecimentos que estamos vivendo e tomem conhecimento dos compromissos que assumimos diante da Nação.

DOCUMENTO REFERIDO PELO ORADOR:

Companheiros do PMDB.

Atendo o vosso chamado Orgulho-me de pertencer a este partido, formado na adversidade, crescido sob os golpes do arbítrio, maduro no sofrimento de seus militantes, ele se reúne, agora, para oferecer à Nação sua proposta de paz.

Sois a representação mais autêntica de nosso povo. Dele trazeis os restos de uma noite prolongada, povoada de medo. Ele é também a verdadeira esperança que conduziu ao longo destes anos.

A esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é a ela que recorrem as nações, ao ressurgirem dos desastres históricos.

Se a esperança é o íntimo abrigo das pátrias, a liberdade é sua razão e sua força. Só por meio da liberdade, a esperança se converte em ação, e os homens podem juntar seus sonhos, para fazer da vida dâdiva de Deus, a oração comum da alegria.

Soubemos, nestes tempos pesados, guardar a paciência e conservar a fronte alta.

A causa do povo, se dispensa radicalismos, exige coragem. Foi essa coragem, assumida por todos nós, e sobre tudo pela gente mais simples do povo, que nos deu ânimo na penosa travessia.

Saudamos, com alegria, os companheiros da Frente Liberal que se unem ao nosso partido, para a vigorosa arrancada democrática do povo brasileiro.

Trazem-nos eles uma colaboração da maior importância para a vitória em que acreditamos, e hoje a nossa união é sagrada e inquebrantável. Tanto assim que nesta histórica solenidade, tenho a honra de falar não somente em meu nome, mas também no do ilustre homem público senador José Sarney, candidato à vice-Presidência da República, que simboliza, em nossa chapa de luta, a inabalável disposição de pelejarmos, cada vez mais irmãos, pelo triunfo de nossos ideais comuns.

Não basta, porém, esta forte e prestigiosa aliança. Estamos confiantes de que não nos faltarão, com seu apoio, as demais forças democráticas, com seu passado de sacrifícios pela democracia. Mais uma vez não faltarão ao povo os contingentes respeitados e populares do PDT; do PT e do PTB, e, por que não dizê-lo, de todos os setores da sociedade, para a ampliação do grande e empolgante movimento da Aliança Democrática.

Esta aliança que formamos é, como dissemos no ato de sua constituição, o núcleo da grande coligação política que reconciliará o Estado com a Nação.

Levamos, para as jornadas próximas, a força que nos conferem a confiança e o entusiasmo do País. Vamos em paz, para promover a paz.

A paz que pretendemos não é a que os vencedores impõe aos vencidos; é a que se edifica no entendimento e na concórdia.

Temos de compreender a verdade essencial de nosso pacto político. Nós o estabelecemos em favor de nossa gente. O Brasil que amamos não é entidade abstrata, feita apenas de símbolos, por mais que os veneremos. O Brasil que amamos está em cada coração e em cada alma de seus filhos. Restaurar, em seus olhos, o orgulho da Pátria, é a missão que nos cabe. A soberania do País é a soberania de seu povo; a dignidade do País é a dignidade de sua gente. Para que o Brasil seja grande e forte, é assegurada sua independência, é condição primeira o respeito sagrado aos direitos humanos.

O Brasil muito deve às nossas Forças Armadas. Desde quando se organizaram, ainda nas origens da nacionalidade, elas passaram a se constituir em vínculo de unidade nacional, na sustentação de nossas instituições livres, na projeção de nosso orgulho nacional, em instrumento da consolidação de nossa democracia.

Emanadas do povo, a serviço do povo, elas bem merecem o respeito e o reconhecimento nacional que as envolvem.

Nunca é demais saudá-las na grandeza de sua destinação histórica; e quando as vemos voltadas para sua modernização e profissionalização, sente-se a Nação tranquila em sua segurança e fortalecida a sua vocação de ordem, paz e prosperidade.

O poder mais elevado da Nação é o seu Parlamento.

Os representantes do povo são os portadores de sua soberania. O Congresso deve ter respeitadas todas as suas prerrogativas, entre elas a de exercer pleno controle sobre o Executivo.

Fiz minha vida pública em casas legislativas. Foi nelas que aprendi a força do diálogo e o poder do entendimento político.

É para nós uma razão a mais de alegria cívica realizar a Convenção Nacional do PMDB neste plenário tão carregado de história.

Companheiros,

Cabe-nos enfrentar, com coragem e urgência, os problemas de natureza institucional.

Os homens necessitam de pactos definidos para a sua convivência. Devem sempre existir, entre eles, regras claras, que lhes estabeleçam os limites entre os direitos individuais e os direitos comunitários. Tais direitos, sendo mútuos, se fazem de concessões. O Estado terá de ser a linha possível entre os interesses de cada homem e os interesses de todos os homens juntos. O Estado é sua Constituição. Sem Constituição não há Estado, mas precário arranjo entre os interesses e a força.

As Constituições, no entanto, não são obras literárias, nem documentos filosóficos. Elas não surgem do espírito criador de um homem só, por mais privilegiado em sabedoria seja esse homem. Tampouco podem ser a codificação de propósitos de um ou outro grupo que exerce influência, legítima ou ilegítima, sobre a Nação. A Constituição é uma carta de compromissos, assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade

A vida das Constituições está no espírito com que são concebidas. Quanto mais estejam subordinadas aos efêmeros interesses das minorias, ou quanto mais atendam à voracidade de poder dos tiranos, menos podem durar. A verdade social é, assim, a essência de tais documentos.

Dispenso-me de comentar a Constituição que hoje nos rege. Desassista daquela verdade, que só o consenso nacional pode assinar, nova Carta tem sido mero regimento para a conveniência de grupos minoritários, e se encontra perempta pela incontável vontade de mudanças que a Nação manifesta.

Assunto, diante de nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nossa Carta Constitucional.

Esta carta deverá devolver-nos a República e a Federação. Quando dizemos República, pensamos no Governo assentado sobre o consentimento ativo de todos os cidadãos. Quando dizemos República, pensamos no voto livre, universal e secreto. Pensamos em mandatos de duração certa, em pluralidade partidária, em alternância normal de homens e doutrinas na administração política do País.

As eleições, livre e diretas, para os cargos de Vereador a Presidente da República, são inseparáveis do sistema republicano que adotamos a partir de 1881.

A república, para ser instrumento apto de Governo, deve ser federativa. Em nosso século, praticamente, inexistem repúblicas unitárias. Tenham ou não o nome de Estados federados, as regiões geopolíticas diferenciadas, nas nações modernas, dispõem de claros direitos de autonomia. Para nos valermos apenas de exemplos próximos, ai estão Portugal e Espanha, que conferem o máximo de poder autárquico a seus municípios e regiões. O caso da Espanha é ainda mais expressivo. Trata-se de um Estado monárquico, cuja tradição é sempre centralizadora.

Recuperar a Federação é a nossa segunda grande tarefa institucional. Não basta declarar a Federação. É preciso que o Governo da União abandone os excessivos poderes que se arrrogou, a começar pelo de concentração tributária e distribuição política dos recursos fiscais. Cada comunidade deve usar do inalienável direito de estabelecer, por meio da casa legislativa competente, seus tributos próprios e decidir de seu emprego. Não pode a União dispor de mais do que necessita para responder a seus encargos, limitados pela Constituição. O que temos assistido é a ânsia incontrolável de domínio burocrático e de captação de recursos para financiar exacerbado controle da vida econômica e social do País.

Faz 150 anos, em reforma constitucional que equivalia a nova Carta, a consciência descentralizadora do Parlamento, sob a Regência, criou as assembleias provinciais, com alguns direitos legislativos de que não, dispõem hoje os Estados. A recuperação do sistema federativo, impõe a necessidade administrativa, por si só será grande vitória da razão sobre o arbítrio.

Constituição, Federação e Reforma Tributária são as tarefas prioritárias. Com nova Carta, com a autonomia dos Estados e municípios e com distribuição racional da carga fiscal e dos recursos públicos, poderemos avançar no caminho das mudanças.

A recuperação dos institutos políticos servirá para a reconquista de nosso orgulho nacional. Perdemos-nos em um emaranhado de atalhos, e retornamos, agora, ao caminho real.

Companheiros,

É urgente a necessidade de impor-se ordem econômica ao Estado. Sem controle parlamentar, sem a vigilância dos cidadãos, as contas brasileiras, internas e externas, tornaram-se pesadelo angustiante.

Comecemos pela dívida externa. Os países credores serviram-se de nossos sonhos de grandeza, e, com os recursos que nos forneceram, ampliaram as restrições ao

nosso desenvolvimento econômico. A flutuação da taxa de juros, expediente de que se valem a fim de fazer frente a seus déficits orçamentários, está levando o nosso povo a penosos sacrifícios. Já exaustos, os trabalhadores se esfalfam para produzir bens que se convertam em divisas, a fim de atender à ambição insaciável do sistema financeiro internacional.

As negociações da dívida externa serão realizadas na plena afirmação de nossa soberania. Obteremos dos credores condições compatíveis com as possibilidades reais da economia brasileira. A recessão e o desemprego não são moedas de ajuste entre povos dignos.

Não é possível que o País continue enviando para o exterior 5% da renda interna sob forma de pagamento de juros, outros serviços e amortizações. Tal saída de recursos corresponde a verdadeira sangria na economia nacional e se materializa em última instância, pela transferência de parcela da produção nacional ao exterior. Os produtos, por seu turno, correspondem à combinação de recursos naturais, mão-de-obra e capitais nacionais carreados para fora do País.

A posição brasileira deve ser a de honrar a dívida, mas há condições a serem analisadas, discutidas e renegociadas, para que o País não comprometa mais do que parte razoável de suas receitas de exportações nos pagamentos ao exterior.

Urge eliminar o gargalo imposto pela necessidade crescente de geração de superávits comerciais para pagar os serviços da dívida, e sua própria amortização, para que o País obtenha a folga necessária para voltar a crescer.

Mais danosa do que os gravames que nos impõem é a brutal injustiça nas relações de intercâmbio entre os países do hemisfério Norte e os que se situam ao Sul. A colonização política, que tanto custou aos povos, foi substituída pelos ardis do comércio externo e das relações financeiras.

A execução de nosso programa de Governo não pode dispensar o respaldo de uma política externa voltada para os interesses nacionais, refletindo os anseios de uma sociedade democrática.

Procuraremos ampliar relações com todos os nossos parceiros, independentemente do nível de desenvolvimento de cada um. Em todos os aspectos desse relacionamento, o Brasil há de ser sempre um parceiro confiável, cuja posição internacional não estará à mercê de infortúnios conjunturais, mas lastreada na sua riqueza, na seriedade de propósitos de seu Governo e na confiança do povo quanto à sua capacidade de realizar-se como Nação próspera, justa e independente.

Em nossas relações comerciais, financeiras ou tecnológicas, os interesses de médio e longo prazos do Brasil nos impedem abdicar do pleno desenvolvimento de nossas potencialidades, sobretudo naqueles setores estratégicos capazes de nos assegurar, em futuro próximo, um lugar definitivo entre os países que acionam as alavancas do progresso para o bem-estar de sua gente.

Em consequência, só assumiremos os compromissos internacionais que possamos cumprir. Não aceitaremos imposições que se valham de nossa situação de vulnerabilidade momentânea. Em suma, não negociaremos o inegociável, nem dialogaremos sob pressão.

Com os países desenvolvidos cultivaremos relações de cooperação que esperamos sejam crescentemente proveitoras, em termos que atendam a nossos interesses. Encontramos-nos, no campo financeiro, na posição de devedor de vários desses países, mas, nos campos do comércio, da tecnologia e dos serviços, somos e seremos cada vez mais seus acirrados competidores.

Com os países em desenvolvimento, deveremos também expandir a cooperação econômica e técnica, já existente em grau significativo. Impõe-se que a solidariedade em que se baseiam essas relações se traduza em efetivo aproveitamento de vantagens recíprocas. Junto com os

demais países latino-americanos, trataremos de atingir os objetivos de integração regional mutuamente acordados.

É da tradição brasileira contribuir para o aprimoramento do convívio e da cooperação entre as nações. Na quadra difícil que atravessamos, estou convencido de que nossa contribuição deve incluir uma participaçãoativa no processo de reformulação das instituições que, desde o fim dos anos 40, vêm regulando as relações econômicas internacionais. Incapazes de lidar eficazmente com os problemas da atualidade financeira e comercial, assimétricas no que se refere aos direitos e obrigações de países ricos e pobres, insensíveis aos imperativos do desenvolvimento econômico e social da grande maioria de seus países-membros, essas instituições frequentemente mais acentuam do que corrigem os desequilíbrios existentes. Devemos valer-nos da experiência brasileira com tais instituições para apontar com clareza os caminhos de sua reformulação.

Ainda nas relações externas, sem o apelo histérico à xenofobia, preservaremos os valores culturais que nos identificam como singular civilização entre os trópicos. Temos de assumir, com justificada soberba, a grande herança que trazemos das populações autóctones e das duas margens do Mediterrâneo. Essa marca, ameríndia, latina, ibérica e africana, predomina em nossa forma de ser no mundo e de sentir o mundo. Os outros povos que para aqui vieram souberam integrar-se em nosso meio, e enriquecer a cultura nacional. Há, no entanto, que proteger o patrimônio espiritual de nosso povo contra aquele tipo de subcultura que nos impinge de fora.

Promover a cultura, dever do Estado, não significa criar uma cultura oficial.

É preciso deixar livres as forças criadoras de nossa gente, e guardar, com todo cuidado, os bens culturais que nos deixaram os brasileiros do passado e deixaremos aos brasileiros do futuro.

Entre as raízes de nossa cultura está a forte presença indígena. Cabe-nos ouvir a voz reivindicante destes brasileiros mais autênticos, e encontrar os meios de integrá-los na vida moderna, sem que isso signifique agredir seus costumes e suas crenças.

Devemos garantir-lhes o espaço geográfico e cultural que lhes permita conservar sua própria identidade, de acordo com a vontade de cada grupo.

A identidade de um país está também na sua natureza. O progresso, indispensável, terá de ser conquistado com o respeito pelo ambiente natural.

A vida é o bem absoluto dos homens. Não pode haver vida em um ambiente assassinado pela cupidez de alguns.

Quando falamos em identidade nacional, há que se pensar na juventude brasileira. A grande maioria dos jovens, conforme revelam estudos sociológicos sérios, cultiva nossos valores tradicionais. São moças e rapazes que trabalham e estudam, com enormes dificuldades, e não dispõem de tempo para a vida descuidada dos poucos privilegiados. Desses rapazes e moças poucos chegam à universidade.

A universidade, no Brasil, é ainda elitista. Temos que democratizá-la efetivamente, e não continuar com a mentalidade de que os filhos dos trabalhadores devam ser sempre trabalhadores, e doutores os filhos de doutores. Perdida em divagações, formando profissionais para um país inexistente, a universidade brasileira necessita de uma reforma profunda e imediata.

Mas há toda uma juventude, toda uma infância que nos cumpre salvar com urgência. São os milhões de crianças e adolescentes abandonados de nosso País. Concentrados, em sua maioria imensa, nas grandes metrópoles, eles não têm lar, nem futuro. São nômade nas ruas, obrigados a recolher delas, e de qualquer maneira, o pão de cada dia.

Não fomos capazes, nestas décadas de presunçoso crescimento, de dar trabalho a todos os brasileiros. Ao

contrário: a modernização da agricultura, que engoliu os pequenos produtores em benefício dos vastos plantios para exportação, expeliu do campo, para as cidades médias e maiores, numerosos contingentes humanos. São eles os bandidos em sua própria Pátria, desgarrados da paisagem ocupada por várias gerações familiares, e compelidos a vender sua força de trabalho, quando encontram quem a compre, a preço aviltante. No interior do País, são eles os bôias-frias, designação que, em sua vulgaridade, espelha toda a humilhação a que são submetidos.

Nas grandes cidades são esmagados pela recessão econômica, e assistem, sem poder reagir, à desagregação da família, que é o único bem dos pobres. Onde não há trabalho não há pão, e as migalhas acaso obtidas, Deus sabe como, são sempre molhada com as lágrimas da vergonha.

Não podemos sentir o orgulho de cidadãos enquanto houver, neste País, tanto sofrimento e tanto ultraje. Temos que transformar, e logo, as declarações gerais em favor da Justiça Social em atos concretos.

Isso exige toda uma nova concepção do objetivo social da economia. Temos que começar pela base, pela terra, que é a única geradora primária de riquezas. Não postulo medidas radicais e novas para a solução do problema agrário do Brasil.

Vamos empenhar-nos em executar a legislação que está, proclamada e não comprida. Para os anos próximos, a aplicação do Estatuto da Terra, por si só, corresponderá a uma revolução no campo.

A democratização da propriedade rural facilitará a desconcentração industrial e o fim do êxodo rumo às imensas metrópoles, que já se tornam inabitáveis.

O problema da agricultura não é apenas o da posse da terra. É preciso vê-lo em toda sua complexidade, que envolve questão como as do crédito, dos subsídios, da tecnologia, dos insumos.

Não há país do mundo que negue subsídios aos produtores rurais. A atividade, apesar de toda a técnica moderna, continua sendo a mais arriscada do ponto de vista econômico.

Não há país que prospere com segurança se não contar com uma agricultura poderosa. Por isso mesmo, temos de encontrar o equilíbrio entre a questão social, que recomenda a disseminação de pequena propriedade rural, e as razões econômicas. Muitas reformas agrárias fracassaram porque não foram capazes de garantir o abastecimento urbano. A agricultura tem que produzir para o consumo interno e para a exportação.

Temos tudo, no Brasil, para uma agricultura pujante. Mas recusamos o destino, que alguns nos querem indicar, de meros fornecedores de comida barata ao mundo. A força da terra e o trabalho dos homens serão alicerces para a construção de um país industrialmente desenvolvido e politicamente respeitado.

Companheiros,

Todas essas medidas só serão possíveis com a preservação e fortalecimento da empresa nacional e incentivos aos pequenos e médios empreendedores.

Fortalecer a empresa nacional é dar-lhe condições para desenvolver seu modo de produção, com uma política racional de crédito e incentivos fiscais, e inclusive, dentro de uma tecnologia que seja nossa. Em razão disso, defendemos a reserva de mercado para, entre outros, o importantíssimo setor da informática. Mas não nos esqueçamos que o mercado não é uma entidade abstrata e nem pode ser reduzido apenas a dados estatísticos. Ele é constituído de criaturas humanas, soberanas no seu direito de escolha, e é a essas criaturas que devemos defender.

Investir na pesquisa científica é outra de nossas urgências. Não admitimos quaisquer vetos aos trabalhos dos cientistas brasileiros, que devem buscar o domínio do conhecimento em todos os campos.

Temos, entre esses investigadores, nomes de projeção universal. Falta-nos, porém, uma política decidida de estímulos a seu trabalho.

Vivemos, internamente, sob insólito sistema econômico, que, para usar uma expressão que se tornou corrente, privatiza os lucros, mas socializa os prejuízos. Os dinheiros públicos são generosamente entregues a especuladores que, até mesmo na manipulação financeira, se mostram incompetentes.

As empresas estatais, que contituem, em alguns setores, irretorquivel necessidade, reclamam controles social maior. Mas é preciso cuidados nas críticas que a elas se fazem. Não podemos, em nome da privatização das empresas estatais, promover a desnacionalização da economia brasileira.

Companheiros,

As relações entre o capital e o trabalho reclamam novo ordenamento jurídico. A Consolidação das Leis do Trabalho é um diploma envelhecido no arbítrio, que desserve aos empregados e não serve aos empresários. O código vigente só tem servido para iludir os trabalhadores e in tranquilizar as empresas.

Não há economia forte com sindicatos fracos. A autonomia sindical é imprescindível à construção democrática do País.

Os sindicatos, quando no exercício de suas atividades legais, existem como legítimo instrumento dos trabalhadores, e sem eles não há paz social.

Companheiros,

Em nossos tempos assistimos à emancipação social e política das mulheres. Esse é um movimento justo e irreversível. Como todas as revoluções, também esta se faz com dificuldades.

A mulher brasileira não se está emancipando porque pretenda libertar-se do lar. Ela vem sendo empurrada às atividades produtivas, fora de casa, pelas exigências da vida moderna. Sem o seu salário, hoje, é difícil a sobrevivência das famílias de trabalhadores.

A mulher só será realmente emancipada quando tiver as mesmas oportunidades políticas dos homens. Elas devem participar das decisões nacionais e da administração pública, com sua inteligência e seu discernimento político em plena igualdade, e sua presença não pode ser vista como acontecimento insólito.

Companheiros,

Estamos reunidos aqui, brasileiros de todos os Estados e de todas as condições sociais. O nosso partido, interclassista, é uma expressão genuína do povo brasileiro. Seu projeto é nacional, no sentido mais grave. Estamos convencidos de que o Brasil só será a grande Nação que sua gente merece quando não houver zonas de depressão social econômica na geografia do País.

A integração do Nordeste no conjunto nacional não é medida paternalista a ser assumida com os recursos do Sul. É providência reclamada para a prosperidade comum do Brasil. Necessitamos, todos nós, de dar aos nordestinos a oportunidade do desenvolvimento. As distorções históricas da economia nacional, resultantes da diferença de clima, mas também de injunções políticas, agravaram-se, nas duas décadas passadas, com a concentração de recursos pelo poder central.

Já temos dito e repetido: o Nordeste é a primeira, a maior e a mais importante das prioridades nacionais.

Companheiros,

A inflação é, entre tantos desafios da urgência, o que me parece mais grave. Mas não se pode combater eficazmente a inflação, quando o poder público dela se serve e busca estimulá-la com a indexação geral da economia. Haveremos de encontrar, com a assessoria dos grandes mestres da teoria econômica e os conselhos da razão política, os meios para sanear a moeda e recuperar a confiança nas atividades produtivas. O que não podemos permitir é a continuação dessa drenagem enloquecida de recursos para a aplicação em títulos que, por sua vez,

não se destinam a investimentos produtivos, mas à especulação isensata de um monetarismo hipertrofiado.

Só os nêscios, porém, podem acreditar no êxito de uma política recessiva no combate à inflação. A ação deflacionária exige a colaboração ativa da sociedade, e a sociedade não lhe dará seu assentimento se não houver rápida criação de novos empregos, favorecimento às iniciativas de trabalho e produção próprias, e o atendimento às necessidades, básicas do povo.

A hora presente reclama, além da geração de empregos, salários justos, uma previdência social eficiente, e solução para o gravíssimo problema do Sistema Financeiro de Habitação.

O BNH é grande exemplo da insanidade do poder. Financiado com o suor do trabalhador, que perdeu, para isso, a garantia de emprego e ganhou a maldição de um compromisso crescente, o órgão é o novo leviatã nacional. Só a morte do trabalhador liberta sua família do contrato perverso que um dia assinou com o sonho de ser o senhor sob seu teto.

Não será o trabalhador brasileiro, com os salários reduzidos enquanto prosperava o Estado e prosperavam alguns, que irá ser executado em consequência do desequilíbrio financeiro do BNH. Teremos de encontrar a forma justa de superar todo o sistema, e a encontraremos.

Devemos reunir toda a coragem para resolver o problema da Previdência Social. Depois de anos seguidos de desacertos, ela se tornou uma pesada máquina burocrática.

Os trabalhadores e seus familiares não podem, sem embargo, pagar pelos erros da administração previdenciária. A cada mês contribuem com parte ponderável do seu sacrificado salário para assegurar a assistência médica e aposentadoria modesta.

Em todo o mundo há crise no sistema de seguro social — mas é duvidoso que haja uma situação tão grave como a nossa. Durante anos seguidos, a Previdência Social tem sido o paraíso da irresponsabilidade burocrática, da corrupção, da fraude, do nepotismo.

Trataremos deste problema com decisão e firmeza.

A sociedade brasileira reclama contra sobrevivência de leis arbitrárias, como a de Segurança Nacional, a que disciplina o exercício da imprensa e a que regula o direito de greve.

Em todos os países há leis semelhantes, mas as nossas devem ser escoimadas do espírito totalitário que as inspira.

Essa tarefa deverá ser cumprida pelo Congresso, que terá para isso, o apoio decidido do Poder Executivo.

Companheiros,

O povo brasileiro reclama mudanças, e iremos promovê-las. Não faremos apenas um governo de transição. Nossa propósito é o de presidir ao grande acordo nacional para a transformação do Brasil em um País restaurado em sua honra, em sua riqueza e em sua dignidade.

Sabemos como serão penosas as jornadas a vir. Durante muitos anos as dificuldades puderam ser proteladas com manobras e manipulações contábeis.

Agora não há mais recursos para o adiamento. Chegou a hora da verdade, assustadora verdade, e teremos de enfrentar todas as dificuldades com coragem e determinação.

Para isso temos de buscar, no sacrifício de nosso povo, o indispensável exemplo de amor à Pátria.

São estes homens e mulheres que, na lida do campo, no interior das fábricas, nas estradas, nas catedrais e nos quartéis, são os verdadeiros construtores da nacionalidade.

O nosso pacto social, assim, afasta desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodações e revanchismo, para abrir o País a uma nova estação da história.

Não será um templo de milagres, nem de ostentação constrangedora. Tudo faremos para que os brasileiros tenham direito ao trabalho, à honra e à liberdade.

Para esta luta, em nome da Aliança Democrática, conto com a ajuda de Deus e a força do povo.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é difícil construir-se boas coisas, mas com honestidade, honradez e trabalho é possível fazer isso.

É o que acontece na maioria das empresas públicas, hoje, em São Paulo.

Pois bem, a VASP não escapa deste fato auspicioso. Portanto, Sr. Presidente, além de parabenizar toda alta diretoria da VASP e, além de parabenizar todos os seus brilosos e extraordinários funcionários, peço a transcrição na íntegra, de uma entrevista concedida pelo Sr. Paulo Goldschmidt, Diretor Financeiro daquela empresa aérea, representando todo o trabalho digno e capaz da população Vaspeana, e de sua digna diretoria. E a transcrição é para mostrar ao Brasil o que de honrado e bom se está fazendo pela VASP.

Parabéns ao Governador Franco Montoro, ao Presidente da VASP, Dr. Antônio Angarita, e a todos os diretores desta operosa e injustamente criticada VASP.

ENTREVISTA REFERIDA PELO ORADOR:

- Não haverá mais demissões.
- Até o fim do ano, a VASP terá equilibrado suas receitas e despesas operacionais.
- A VASP está trabalhando num plano de carreira para todos os funcionários.
- Em cinco anos, a VASP será capaz de viver sem ajuda estatal.

A VASP, próxima do equilíbrio operacional, define novas metas

por S. Stéfani, de São Paulo

A VASP, a empresa aérea estatal paulista, encerrou o primeiro semestre com um déficit operacional da ordem de Cr\$ 5 bilhões. Trata-se, porém, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, de um resultado que entusiasma Paulo Goldschmidt, diretor financeiro da empresa.

“Na primeira metade do ano passado, o déficit operacional da empresa, em valores nominais, foi de Cr\$ 9 bilhões”, compara. “Mesmo em nossas previsões mais otimistas não esperávamos chegar a junho deste ano com um resultado negativo inferior a Cr\$ 6,5 bilhões”.

Goldschmidt considera que, com o resultado alcançado no primeiro semestre, a meta estabelecida pela direção da empresa para este ano — de encerrar o período com equilíbrio operacional — está garantida. “A VASP está saindo da unidade de terapia intensiva”, define, acrescentando que, agora, a companhia pode começar a pensar em planejamento de médio e longo prazos — um caminho até agora interrompido pela necessidade impetuosa de dedicar praticamente todo o tempo para resolver problemas do dia-a-dia e criar uma base mais sólida.

O objetivo central deste planejamento de médio e longo prazos já está definido. Após conseguir o equilíbrio operacional deste ano, a VASP quer, em 1985, conseguir gerar recursos suficientes para bancar seus investimentos e saldar ao menos os juros de sua dívida. Para 1986, a meta é, além destes dois pontos, também ajudar o governo do estado a pagar uma parte da dívida propriamente dita da empresa. “O que vamos tentar é permitir que a companhia consiga, em cinco anos, viver sem depender da ajuda estatal”, especifica.

A linha-mestra do caminho a ser seguido para chegar a isto também está, agora, definida. A compra de novos aviões, por exemplo, segundo Plínio Pimenta, diretor administrativo da empresa, está completamente afastada. “Vamos centrar nossos investimentos na área da infor-

mática — a idéia é colocar um terminal de computador da VASP no maior número possível de agências de turismo", diz, "Tudo feito devagar, de acordo com a capacidade da empresa de gerar recursos", acrescenta Goldschmidt.

A estratégia envereda, também, pela área de pessoal. A motivação dos funcionários, segundo Ricardo Ariani, diretor de recursos humanos, vai ser alcançada através da garantia de que o processo de ajustamento do quadro de funcionários — que provocou a demissão de 1,3 mil pessoas, de um efetivo total que somava 9,3 mil empregados — está encerrado. E, sobretudo, da instituição de um quadro de carreira com regras definidas, "para possibilitar a todos os funcionários saber de que forma podem crescer junto com a empresa".

Goldschmidt considera que a fase mais difícil já está ultrapassada. Um período do que exigiu, inclusive, vencer, na definição dele próprio, os descreditos dos executivos das outras empresas em relação àqueles administradores que não eram do meio e que se propunham metas ambiciosas. "Há poucos dias, recebemos, por escrito, os cumprimentos do próprio brigadeiro Luiz Felipe Caneiro de Lacerda Netto, diretor geral do DAC, pelo fato de termos sido a empresa mais pontual", orgulha-se o diretor financeiro da companhia.

Não foi, porém, uma fase fácil. "Muita resistência teve de ser vencida", relata Pimenta. Por exemplo: vender perto de setenta imóveis que não tinham nenhuma serventia, "Eram imóveis resultantes de incorporações no passado ou, mesmo, do pagamento de dívidas", conta. "Boa parte, agora, está vendida — os imóveis já rendem cerca de Cr\$ 700 milhões, valor que, no total, deverá passar de Cr\$ 1 bilhão".

Outra resistência foi quanto à decisão de não ampliar a frota, "Quando a demanda de carga começou a crescer, logo vieram as pressões para a compra de novos aviões cargueiros", diz Goldschmidt. "Estamos resolvendo o problema com uma mudança nos Airbuses."

A mudança é simples: uma parte do compartimento de passageiros será destinada a carga — cerca de oitenta poltronas darão espaço para carga. Uma divisória coloca na parte traseira do avião separara passageiros e carga. "Com US\$ 300 mil aumentaremos em 18 toneladas (seis por avião) nossa capacidade diária de transporte de carga, o equivalente a mais de um Boeing 737 cargueiro", especifica ele.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Deputado Renato Vianna.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as estruturas da sociedade do Vale do Itajaí, abaladas constantemente pelo transbordamento do Itajaí-Açu, resistem aos mais difíceis momentos de sua história.

Sem as atenções e os cuidados necessários da área oficial, tem procurado a gente barriga verde, ao longo dessas repetidas catástrofes, soerguer-se por seus próprios esforços, descrente e cansada das promessas e compromissos tantas vezes assumidos pelo Governo Federal e jamais cumpridos.

O rio Itajaí-Açu componente desse conjunto de riquezas do vale que lhe tomou o nome, por vezes manso e indispensável à fertilidade da região, mostra-se seguidamente indôcil e desafia as soluções de técnicos e estudiosos, preocupados na busca de acomodá-lo ao leito ou com o controle efetivo das cíclicas enchentes.

Extenuada pela ingente tarefa de reconstruir e de solidariedade aos flagelados, operosas e responsáveis parcelas da sociedade catarinense estão condenadas ao extermínio céler e consciente. A desintegração da outrora, feliz e laboriosa comunidade que se instalou à margem do Itajaí-Açu, do Alto Vale à foz, acontece sob olhos indolentes e contemplativos de um governo que tinha o de-

ver de socorrê-la e auxiliá-la, senão por retribuição e reconhecimento pela sua decisiva e permanente contribuição para o desenvolvimento econômico e social desta Nação, por um simples e indeclinável gesto de solidariedade pública, diante das proporções dessas calamidades.

As profundas cicatrizes que se abriram desde julho de 1983 na lama da gente catarinense ainda não foram sanadas, e não fosse a Campanha Nacional de Solidariedade desflagrada pela imprensa até hoje estaria exibindo suas feridas.

Cabisbaixa, sem forças, exangue, ela se assemelha a um condenado que aguarda o dia de sua capitulação.

Os laços sentimentais e as raízes mais profundas de resistência reveladoras de indescritível amor àquela terra começam a se afrouxar, destruindo todo um trabalho de semeadura, feito com devoção e sacrifício pelo imigrante europeu, há cerca de cento e cinquenta anos.

A revolta é o prenúncio do caos. As consequências sociais serão imprevisíveis, provocadas pela insegurança em investimentos futuros e na continuidade de fontes de emprego, numa região rica e operosa, mas sem o necessário auxílio das autoridades federais que dela só se lembram na hora da voracidade fiscal.

A penumbra se instala no Vale, tantas vezes decantado como a terra de luminosa paz e prosperidade; envolve os lares, os templos, as instituições e promove uma muda rebeldia, imperceptível aos olhos negligentes e criminosos dos que encarnam o poder nesta Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos preocupados, como toda a Nação, com a possibilidade concreta de o Congresso Nacional não apreciar e aprovar a emenda que estabelece eleições diretas neste semestre, embora tenha condições de fazê-lo, por alguma circunstância que é preciso fique clara aos olhos do povo.

No início dos trabalhos de hoje, levantamos questão de ordem para saber como pode o Presidente do Senado Federal aceitar seja colocado na Ordem do Dia, na Câmara e no Senado, em regime de urgência, projeto que regulamenta o Colégio Eleitoral, com o protesto do PT, do PDT e ainda dos Parlamentares do PMDB, do grupo Só Diretas e, ao mesmo tempo, não aceitar incluir na Ordem do Dia a Emenda Theodoro Mendes, que estabelece a eleição direta para a Presidência da República, com a justificativa de que o PDS não estaria ainda de acordo. Ora, o PDS, agora desfalcado daqueles que compõem a Frente Liberal, é minoria na Câmara dos Deputados. Quando os Líderes do PT, do PTB, do PMDB e do PDT solicitaram ao Presidente do Congresso, Senador Moacyr Dalla, que colocasse na Ordem do Dia a Emenda Theodoro Mendes, S. Ex^a não podia argumentar que não pode fazê-lo porque ainda não há unanimidade e, ao mesmo tempo, usar de outro critério com respeito à regulamentação do Colégio Eleitoral.

Queremos também, nesta oportunidade, chamar a atenção dos partidos de Oposição, em especial no Senado Federal, para o andamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito no Mercado Financeiro. Ontem, houve uma sessão importante na CPI, em que foi ouvido o ex-diretor do Banco Central, Hermann Wagner Wey. Seu depoimento era extremamente importante para o esclarecimento de certos detalhes do caso Coroa-Brastel. Estava presente na CPI o Senador José Fragelli, do PMDB, como Presidente, que, portanto, não poderia atuar muito para inquirir o depoente. Estava presente o Senador José Lins, Relator da matéria, que, procurando defender o ponto de vista governamental, também não estava interessado em argüir o depoente. Não havia um Senador sequer do PMDB, do PDT ou do PTB para arguir, o Sr. Hermann Wagner Wey. Apenas este Parla-

mentar, convidado pela CPI do Senado, é que formulou perguntas por cerca de duas horas, ainda que sob a presão da Mesa no sentido de que terminasse logo a sua arguição. Ora, será que o PMDB e os partidos da Oposição, exceto o PT, não estão mais tão interessados em examinar o que se está passando com as instituições financeiras, com estes escândalos? Quando li a entrevista do Governador Tancredo Neves, no Estado de S. Paulo, há dois domingos atrás, observei com atenção, quando interrogado se iria examinar os escândalos financeiros, que S. Ex^a respondeu que toda irregularidade que vier a ocorrer na administração será devidamente apurada. E, sobre os escândalos que estão ocorrendo neste Governo, S. Ex^a disse que não precisaria preocupar-se tanto com isto, porque estes casos já estavam sendo examinados pelas CPIs do Congresso Nacional e pela Justiça.

Sim, estão sendo examinados pelas CPIs, mas, se aqui no Congresso Nacional, as oposições — o PMDB, o PT, o PDT e o PTB — não vierem a arguir com a atenção e o cuidado necessários, os envolvidos nos escândalos financeiros, então estas CPIs não serão eficazes.

Compreendo que, ontem, alguns Senadores julgassem interessante estar presentes na despedida do Sr. Tancredo Neves, mas não poderia a Oposição abandonar por completo a CPI, na hora de um testemunho tão importante. Isto poderia significar o eventual não-depoimento do Sr. Hermann Wagner Wey. Não fosse um parlamentar que é da outra Casa ali fazer as perguntas, o Sr. Hermann Wagner Way não teria sido inquirido.

Não podemos admitir que o caso Coroa-Brastel seja encerrado por qualquer desleixo da Oposição, que tem o dever de inquirir até o fim e de desvendar, por inteiro, esse intrincado quebra-cabeças.

Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer que um jornal deu hoje notícia — que considero incorreta — de que este parlamentar se havia retratado com respeito às afirmações sobre a atuação das autoridades monetárias. Eu disse ontem que não foram as autoridades monetárias que emitiram 500 bilhões de cruzeiros em letras frias, mas foram as autoridades que criaram o ambiente de impunidade e fizeram o Sr. Assis Palma Cunha acreditar que também ele continuaria impune se fizesse o que fez, pois ele foi testemunha da impunidade com que atuaram o Sr. Roberto Laureano e demais diretores da Corretora Laureano. Ele também foi testemunha da impunidade com que as autoridades concederam favores excepcionais a ele mesmo de maneira a desobedecer às normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e às normas éticas de procedimento que seriam de esperar dos administradores da coisa pública. Mas sobre esse caso ainda há muito por investigar e desvendar.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, V. Ex^a conhece a posição pessoal do Senador Jaison Barreto, que preside neste momento a sessão, posição conhecida nesta Casa, favorável à inclusão, na Ordem do Dia, da Emenda Theodoro Mendes (palmas), já que não vê nenhum óbice constitucional. Nem mesmo a não-concordância das lide ranças obstaria essa posição.

Mas, no exercício da Presidência, cabe-me apenas informar que, não havendo concordância das Lideranças partidárias em relação à inclusão da proposta em Ordem do Dia, e diante de controvérsias suscitadas pela interpretação do disposto no § 3º do art. 68 da Constituição, resolveu, nos termos regimentais, submeter, em consulta, à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o procedimento a ser adotado no que tange à tramitação da matéria, em face da rejeição, na presente Sessão Legislativa, da Proposta nº 5, de 1983, Emenda Dante de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Ainda há oadores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ouso perturbar a Casa com repetições de teses, já que a Mesa do Congresso Nacional, ou seja, a Mesa do Senado, se arroga — e até hoje não temos desmentidos suficientemente claros — e vem se arrogando, continua se arrogando o direito de gerar matéria de substância constitucional.

A Constituição, formalmente, é da competência do Poder Constituinte, que é originário do povo. O Poder Constituinte derivado cabe ao Congresso Nacional. Nenhum texto constitucional, nenhum texto de autor — não apenas consagrado, mas até iniciante em Teoria do Estado, Ciência Política, Direito Público Constitucional — pode dar outra interpretação para geração de matéria de natureza constitucional.

Na nossa legislação há leis complementares à Constituição que têm tramitação formal rígida, justamente fazendo apelo ao Poder Constitucional derivado, que é exercido pelo Congresso Nacional. As próprias leis complementares, tendo essa tramitação rígida, não podem ser alteradas por vontade senão qualificada, desta Casa.

Pois a Mesa do Senado, ou parte da Mesa do Senado, a maioria eventual da Mesa do Senado, afronta a Ciência Política, o Direito Público Constitucional, os textos expressos da Constituição, e diz que vai legislar em matéria constitucional.

Há uma Lei Complementar, a de nº 15, que regia o antigo Colégio Eleitoral e que está perempta, revogada por dupla razão. Está revogada a Lei Complementar nº 15 porque a Emenda Constitucional nº 22, que lhe é posterior, e que lhe é superior, alterou a estrutura mesma do Colégio Eleitoral. Então, a Lei Complementar nº 15, que disciplina o funcionamento do Colégio, não poderia prevalecer, porque a estrutura do Colégio já foi alterada. Mas também a Emenda Constitucional nº 22 alterou parte do funcionamento do antigo Colégio Eleitoral.

Não há, portanto, uma lei em vigor omissa que, no seu Art. 22, permita recursos aos Regimentos Internos, quaisquer que sejam. O que há é inexistência de lei, *vacatio legis*, que não pode ser suprida senão pelo Poder Legislativo e cuidando-se de matéria constitucional pelo Congresso Nacional. Nenhuma maioria eventual de Mesa pode se arrogar o direito de disciplinar o Colégio.

Cuido disto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, formalmente, porque tenho e mantengo até hoje o compromisso de não ir ao Colégio, e creio que ninguém irá ao Colégio, porque o povo, mais do que esta Casa, e aqueles que são ou se dizem comprometidos com o povo nesta Casa hão de assegurar a vontade popular que exige as diretas. Mas agora não cuidamos de coisas éticas, que são éticas, sim, mas que são substancialmente políticas; cuidamos é do passa-moleque que a Mesa do Senado, pretendendo normar o Congresso Nacional, quer passar já não apenas no povo inteiro, mas nesta Casa, que tem — e dela não abdicou — competência de legislar sobre essas matérias, onde, imagino, a Maioria quer regularizar o Colégio Eleitoral. Cabe a competência a esta Casa, não à Mesa.

Como dizem que a Mesa julga que há um prazo fatal que se exauriria no dia de hoje, e que hoje ela regularia o funcionamento do Colégio Eleitoral, creio que devo repetir aqui o que desde ontem de manhã, nas sessões desta Casa, venho dizendo: quem se arrogar competência legal para gerar matéria constitucional estará confessando a própria incompetência intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a norma contida no § 3º, do art. 74 da Constituição da República é clara ao dizer:

“A composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral serão regulados em lei complementar.”

Não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a norma é clara, objetiva, cristalina e transparente. A Constituição exige que, para o Colégio Eleitoral se reunir, é necessário que o Poder Legislativo, através de lei complementar à própria Carta, estabeleça as normas de sua composição e de seu funcionamento. Isso quer dizer que é falsa a afirmação de que o Colégio Eleitoral é a última instância que resta, seja porque há uma emenda a ser votada propondo eleições diretas majoritárias, de autoria do Deputado Theodoro Mendes, do PMDB de São Paulo, seja porque o Colégio de fato, como instituição jurídico-política, não existe, não é devidamente instituída em lei, pois a Lei Maior diz que uma lei menor tem de regular o seu funcionamento. O que querem, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os que se esquecem da luta pelas diretas, os que olvidam o compromisso programático de defendê-las, os que esquecem a pregação feita nas praças públicas e nas ruas perante milhões de pessoas, os que esquecem o compromisso jurado de prosseguir na luta, se, no dia 25, não tivéssemos a vitória no Colégio Eleitoral?

Querem criar o Colégio. O Colégio, na melhor das hipóteses, foi gerado pelo regime na Constituição, mas precisa ser criado, precisa ser constituído, e isso só se fará através de lei complementar. E lei complementar, nessa Casa, onde as oposições têm maioria aritmética, só será aprovada se as oposições trafram o compromisso de lutar intransigentemente pelas diretas. Não se poderá dizer que o Colégio Eleitoral é a tábua de salvação que nos resta, porque vamos criar essa tábua para, depois, nos agarrarmos a ela: Esta é a verdade. E não podemos concordar com essa hipocrisia. Ou somos eleições diretas ou não somos. Se somos pelas diretas, não nos cabe outra resposta, outra conduta, senão a retílinea forma de dizer não à regulamentação. E dizem, então, que, se não aprovarmos uma lei complementar, a Mesa do Senado baixará um ato nesse sentido.

Ora, Sr. Presidente, é cristalino na Constituição que a Mesa do Senado não pode fazê-lo. Se o fizer, as oposições têm a obrigação. — repito, a obrigação — de ir ao Supremo Tribunal Federal e contestar, e pedir a anulação desse ato ilegal e incostitucional do Senado.

Por isso, não há dilema entre uma regulamentação pior, da Mesa do Senado, e uma melhor, de forma legislativa. Apenas temos, perante a Nação, perante a História, perante a dignidade dos nossos mandatos, perante a coerência política, uma ação a executar, uma atitude a tomar: dizer não à regulamentação do Colégio Eleitoral e exigir, diuturnamente, que o Presidente do Senado marque o dia para a votação da Emenda Theodoro Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fiz hoje uma visita ao Presidente da República, João Baptista Figueiredo, para agradecer a S. Ex^a a sua participação na anistia dos brasileiros, porque, embora S. Ex^a tenha mandado a esta Casa a mensagem, houve a participação da OAB, dos comitês pró-anistia, dos estudantes e da população, através de campanhas nas ruas. Lembrei também a S. Ex^a que lhe sou grato pela Lei de Inelegibilidades. Reconheci que S. Ex^a prestou um outro serviço à Nação na redemocratização deste País, que foi o restabelecimento da eleição direta dos governadores. Lembrei ainda a S. Ex^a que era de minha autoria a modificação da Lei de Segurança Nacional, e que, quando chegou ao Senado, S. Ex^a mandou a esta Casa a sua mensagem, e mais de cinqüenta presos políticos foram libertados, inclusive os padres franceses. Disse a S. Ex^a que estava fazendo aquilo porque sabia que, em final de Governo — disseme Bias Fortes — cresce capim na porta do Palácio. Quando

visitei o Governador Milton Campos, S. Ex^a me disse: “Carone, não lhe vou oferecer um café, porque não sei se, a esta altura, há garçon no Palácio”.

Quando a luz se apaga, as mariposas vão embora. Então, eu disse ao Sr. Presidente: “Eu, que fui retirado da Prefeitura, de madrugada, por forças militares, pelo Governo do Estado e pelos banqueiros, e que fui anistiado por uma iniciativa de V. Ex^a, não poderia deixar de vir agradecer-lhe, para que V. Ex^a saiba que nem toda a classe política é ingrata”. Respondi a 11 processos criminais. No 9º andar do Fórum Lafayette era processado por peculato, malversação dos dinheiro públicos, apropriação indébita e enriquecimento ilícito, e no 6º andar, era executado, penhorado e despejado. Morei durante um ano num hotel, com minha família, quando cassaram o mandato de minha esposa, Nízia Carone, que era Deputada Federal. Durante um ano morei num hotel, porque não tinha recursos para alugar uma casa. E sempre mandava fazer às 15 horas, na cantina do Ângelo — porque o café do Hotel Amazonas era mais caprichado, com bastante frutas — uma pratada de risoto de frango. Meus meninos passaram 6 a 7 meses comendo uma vez por dia. Podem mandar verificar isso lá. Hoje, quem come risoto de frango está feliz. Voltei à vida pública após ser cassado por 10 anos, paguei mais oito de correção monetária. Reconheço, Sr. Presidente João Figueiredo — não usei o tratamento de V. Ex^a — que o Sr. foi realmente vítima, porque enfrentou no País uma situação em que há dificuldades, principalmente com o choque que houve com o aumento do petróleo. Compareço hoje aqui para mostrar ao Senhor os projetos de minha autoria. Existem projetos importantes, como aquele do título da dívida pública.

Sr. Presidente, quero mostrar a V. Ex^a, tenho aqui um xerox de um empréstimo feito há trinta anos, em forma de bônus. Este projeto foi apresentado no mês de abril. O que pediria a V. Ex^a era para tornar sem efeito — até o Deputado Luiz Henrique já apresentou idêntico pedido — o Decreto-lei nº 2.065, porque todos os acordos são acima de Decreto-lei nº 2.065. Não há mais razão para existir o Decreto-lei nº 2.065. Pediria também a V. Ex^a para fazer justiça aos servidores civis e militares, porque os trabalhadores regidos pela CLT já recebem o 13º salário, e, no entanto, os servidores civis e militares não.

Não conversei sobre política com o Presidente da República, mas disse-lhe para mandar verificar nos armazéns e nas farmácias aqueles tickets onde se vê que todo dia tem aumento, sem ninguém para fiscalizar.

Sr. Presidente, fiz uma visita de solidariedade ao Presidente da República, que realmente pode ter cometido erros, como todos cometemos. Não vou falar das outras conversas que mantive com o Presidente, porque não é do meu fôlego falar sobre conversas que temos, às vezes, particularmente, principalmente com o Presidente da República. O fato é que fui muito bem recebido. Estou satisfeito. Cumprí o meu dever e mostrei que nem todos da classe política são da maneira que S. Ex^a julga. Na classe política sou bem diferente, porque fui cassado, fui amigo de Jango, não quis participar da Revolução, fiquei no ostracismo, gráças a Deus, mas estou coerente comigo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Concedo a palavra ao Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, existem no País, conforme estatísticas oficiais, cerca de 2 milhões de empresas, constituindo-se 97% delas no universo das microempresas, pequenas empresas e médias empresas.

No difícil contexto econômico e social do Brasil de hoje, onde a inflação, a cada ano, bate novo recorde histórico, ao lado da recessão alarmante e sistemática, os pequenos empresários têm-se debatido desesperadamente

te para sobreviver. Os mecanismos de proteção da pequena e média empresas, quando existir mecanismos neste sentido, não funcionam e nunca funcionaram, fazendo com que a dispensa da mão-de-obra e as falências sejam a regra geral no segmento econômico.

O sistema financeiro, Sr. Presidente, com sua voracidade na taxa de juros e exigências descabidas de saldo médio, compra de ações, compra de seguro, etc., está promovendo, aos poucos, uma maciça transferência de renda do setor empresarial para o setor financeiro: vale dizer, empobrece quem produz, em benefício da especulação financeira — atividade não-produtiva.

Por isto, recebemos da Associação e Centro de Estudos de Pequena e Média Empresa — ACEPEME, baseada em Campinas, Estado de São Paulo, na pessoa do Dr. Wladimir Righetto, um elenco de sugestões no sentido de viabilizar a sobrevivência da micro, pequena e média empresas. Para que constem dos Anais desta Casa, Srs. Deputados, e para que sejam do conhecimento dos dirigentes da Nação, passamos a enumerar este rol de sugestões:

1º — inclusão, no Conselho Monetário Nacional, de empresários representantes de pequenos negócios;

2º — modificação da organização sindical, tanto do lado dos empregadores quanto dos empregados, agrupando empresas do mesmo porte, ensejando se exerça um diálogo democrático vigoroso;

3º — criação de um Ministério dos Pequenos Negócios, cuja titularidade seja exercida por empresário de pequeno porte,

4º — adoção de uma ampla anistia fiscal e parafiscal, isentando de multas e correção monetária os débitos fiscais e previdenciários, permitindo que as empresas de pequeno porte recomponham a sua situação para com o Estado através de parcelamentos exequíveis;

5º — indicação, ao Conselho Monetário Nacional, para que sejam considerados extra-limites os créditos de descontos de duplicatas para o recolhimento de impostos, sendo bastante para a sua obtenção a simples apresentação de guia de recolhimento;

6º — exigência, por parte do Conselho Monetário Nacional, e a fim de forçar uma baixa real nas taxas de juros, de que os Bancos operem créditos rotativos compostos obrigatoriamente de:

I — 33% em desconto de duplicatas;

II — 34% de acordo com a Resolução nº 695 do BACEM; e

III — 33% em capital de giro de Banco de Investimento

Estas, Srs. Deputados, as sugestões da ACEPEME, no sentido de contemporizar a inédita crise econômica brasileira com a sobrevivência do Pequeno empresariado nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o Deputado Brandão Monteiro, como Líder do PDT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero saudar a alegria do meu ilustre amigo Jorge Carone, Deputado que hoje expôs a esta Casa sua visita ao Presidente Figueiredo. E o Deputado Jorge Carone está satisfeito, porque, foi, em seu nome pessoal, agradecer ao Presidente Figueiredo a iniciativa da Lei de Anistia

Quero dizer a V. Ex^a que só lamento que centenas de milhares de trabalhadores não possam, até hoje, ter o direito de voltar a trabalhar, porque continuam cassados, centenas de milhares de trabalhadores, que foram, na verdade, os grandes sofredores deste País. Também fui cassado, também perdi o meu emprego, respondi a 14 IPMs, mas sofri muito pouco. Quem sofreu neste País foram os trabalhadores, que até hoje estão na rua da amargura. E vale ressaltar que o Projeto Célio Borja, que passou pelas duas Casas do Congresso, recebeu voto do Sr. Presidente da República. Quantos marinheiros, cabos e soldados foram expulsos na época do chamado Movimento de Março, e continuam sem condições de ter até o certificado militar! Quero lamentar por essas pessoas. Quero lamentar por camponeses que foram assassinados no Nordeste e não se sabe nem onde está localizada a cova de qualquer deles. Quero lamentar pelas viúvas dos desaparecidos, pelas viúvas dos que morreram e não se sabe também onde foram enterrados.

Com isso, a microempresa, que sempre viveu à margem da lei, pelos rigores que esta impõe ao pequeno empresário, cresceu na clandestinidade.

Há muito a sociedade brasileira reclama proteção aos pequenos negócios, base da democracia econômica, e que foram expulsos do cenário econômico brasileiro pelo estímulo exagerado e apoio irrestrito à grande empresa e aos conglomerados.

Finalmente, a crise avassaladora fez despertar a técnica-burocracia para esse grave problema, e o Governo, depois de longa resistência, encaminhou ao Congresso Nacional o Estatuto da Microempresa, única forma de estimular a organização desse setor que se perde nos descaminhos de exigências arbitrárias e deslocadas da realidade nacional.

Os vários setores da sociedade se mobilizaram no estudo desse documento, visando ao seu aperfeiçoamento. Os Presidentes das Juntas Comerciais, em recente encontro, manifestaram-se, por unanimidade, contrários à gratuidade dos assentamentos mercantis para as microempresas.

Alegam, em defesa do seu ponto de vista, que essa gratuidade viria prejudicar as suas precárias receitas, tornando as Juntas Comerciais dependentes de subsídios, hoje desnecessários, para seu pleno funcionamento.

Acrescentam, ainda, que os custos de tais assentamentos, tomados isoladamente, por empresa, são irrisórios, não chegando, portanto, a representar obstáculo ao pequeno empresário

Mais ainda, preocupam-se com o descumprimento dessa formalidade na crença de que, no País, não se valoriza a prestação gratuita de serviço. Como se trata de serviço de interesse do empresário ou da empresa, a ausência de uma contrapartida eliminaria a responsabilidade do beneficiário no aprimoramento técnico do Registro Comercial.

Por essas razões, fazem os Presidentes das Juntas Comerciais um apelo ao Congresso Nacional no sentido de dispensar o tema da gratuidade dos assentamentos comerciais a atenção necessária para o aperfeiçoamento do Estatuto da Microempresa.

Por considerar válida a pretensão, trago a essa Tribuna as reivindicações dos Presidentes das Juntas Comerciais, solicitando aos nobres pares a sua acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o Deputado Brandão Monteiro, como Líder do PDT.

nunciamento nesta Casa, nas vezes em que o Congresso Nacional for chamado para rejeitar o voto do Sr. Presidente da República ao Projeto Célio Borja, projeto que restabeleceria a justiça para centenas de milhares de brasileiros que continuam até hoje sem anistia. Precisaríamos hoje fazer uma colocação sobre o posicionamento que parlamentares do PMDB, do PT e do PDT têm adotado nesta Casa em relação à obstrução dos trabalhos

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vi hoje na televisão — e tenho em outras ocasiões — e tenho visto alguns dirigentes políticos dizerem que projetos importantes não passam nesta Casa porque o PDT, o PT e um conjunto de Deputados do PMDB estão obstruindo. Vamos deixar de farisaísmo. Projetos importantes não passam nesta Casa porque a Casa está vazia. Projetos importantes e emendas não passam porque os Srs. Deputados e Senadores não vêm aqui para votá-los. Vamos deixar de farisaísmo. Acho que estamos prestando serviço ao trabalhador, por exemplo, das estatais. Porque se nós deixássemos que fosse votado aqui o Decreto-lei nº 2.100 ele correria o seu caminho normal para o decurso de prazo, prejudicando os trabalhadores. Se nós fôsssemos aqui votar, por exemplo, a emenda do Deputado Heráclito Fortes, ela não passaria, porque não temos **quorum** qualificado. Acho que estamos prestando serviço ao Parlamento e ao País. Se existe a leitura do projeto de origem governamental sobre a informática, ele também passará sem maiores discussões, porque aqui também não há número suficiente para sua votação. E acho que o PMDB e o PDS tem nas suas bancadas 435 Deputados. É só trazer essa 435 Deputados aqui, e a maioria absoluta dos nossos Senadores, que passará qualquer projeto de lei e não haverá obstrução. Só se obstrue quando se têm condições de obstruir. É preciso dizer isso, porque estão jogando o PDT, o PT e alguns Deputados do PMDB contra a opinião pública, porque neste País se faz sempre a política menor. Aliás, alguém já tinha dito que uma coisa é o fato, e outra é a versão. E aqui, no Brasil, costumamos fazer política com base na versão e não no fato. Esta questão é fundamental. Continuaremos a obstruir os trabalhos, até que o Presidente Moacyr Dalla coloque em pauta a Emenda Theodoro Mendes. Ao invés disso, S. Ex^a afirma que, se não houver acordo de Lideranças, essa emenda não será colocada em pauta. Entretanto, mesmo que não haja acordo de Lideranças, a Mesa vai regulamentar o Colégio Eleitoral.

Srs. Congressistas, não posso admitir que a Mesa que conduz os trabalhos do Congresso Nacional possa, de alguma forma, violentar a Constituição, que, embora outorgada, embora retalhada, é a Lei Maior que define o próprio funcionamento do Legislativo. Não posso admitir que a Mesa do Senado desconheça o que prescreve o Art. 74, inciso III, da Constituição, que é absolutamente claro e não deixa dúvidas. Se a Mesa do Congresso Nacional decidir arbitrariamente, de forma ilegal e inconstitucional, regulamentar o famigerado Colégio Eleitoral, vamos recorrer à Justiça. Aliás, já entrei em contato com o Dr. Maurício Correia, Presidente da OAB do Distrito Federal, com a finalidade de, se for o caso, ingressar na Justiça e restabelecer o princípio constitucional.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Concedo a palavra ao Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, confesso que não foi surpreso, mas estarrecido que li as páginas amareladas da revista *Veja*, desta semana, à qual o Tenente-Brigadeiro do Ar Waldir de Vasconcelos, Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, dá uma ampla e longa entrevista a respeito da questão do controle da natalidade em nosso País. Não tenho nenhuma dúvida, como não tem qualquer brasileiro, de que o planejamento familiar, como um ato de soberania, de decisão individual do casal, é um direito que cada cidadão, de cada casal,

No entanto, é profundamente estarrecedor, é de nos deixar perplexos o que disse o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas naquela entrevista. Em determinado momento, o Tenente-Brigadeiro declara o seguinte:

"Isso deve ser feito por um médico, que, em determinados casos, pode aconselhar, inclusive, a ligadura das trompas. Esse é um dos itens que propomos para o programa oficial do Governo."

O Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas está propondo que as mulheres pobres, que as mulheres miseráveis deste País façam a ligadura das trompas por aconselhamento médico.

Sabemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que nas áreas de pobreza, nas áreas onde há um índice maior de miserabilidade, o grau de desconhecimento, de ignorância, muitas vezes leva as pessoas a aceitarem esse tipo de aconselhamento sem nenhuma soberania, sem nenhum poder de decisão sobre o próprio corpo. O que ocorre nas mais das vezes é que, por influência de organismos internacionais, como o programa Fulbrights, da Rockefeller Foundation, a BEMFAM, que atua celeremente em nosso País, mulheres e homens são condenados à esterilidade para sempre, sem que nisso haja um ato de decisão e de soberania do próprio indivíduo. Em outro momento da sua entrevista, o Tenente-Brigadeiro declara esta jóia:

"...apenas 53% dos jovens de 18 anos convocados são considerados aptos no exame médico. Os outros 47% — ou seja, 360 mil jovens só no ano passado — foram considerados incapazes por problemas de subnutrição, deficiência dentária, insuficiência de peso e altura, diminuição da acuidade visual e alterações congênitas dos membros inferiores da coluna." "O que nos preocupa é a baixa qualidade do homem brasileiro." "Esse contingente de jovens desnutridos e portadores de outras carências, pode comprometer a consecução das aspirações nacionais permanentes".

Quando o Tenente-Brigadeiro constata esta triste realidade a que está submetida uma ampla camada de homens, mulheres, jovens e crianças deste País, quando constata que este povo está submetido a um estado triste de subnutrição, de pobreza, de carência alimentar de todo tipo, o que ele propõe? Não propõe um programa alimentar para nutrir as populações carentes; não propõe reformas na estrutura social; não propõe mudanças no modelo econômico; o que propõe o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas é simplesmente que essas crianças deixem de nascer. Ele não quer acabar com a pobreza, mas com os pobres. Este é o tipo de política populacional que hoje vem sendo empreendida pelos países imperialistas nas áreas periféricas do mundo. O medo de que hordas famintas venham a desequilibrar o estado de poder das grandes potências é que gera este tipo de política, que é imposta aos povos periféricos do mundo. Em um determinado momento, ele diz o seguinte: "Até em Cuba existem, neste momento, programas de planejamento familiar". Ora, todos sabemos que em Cuba realmente há um programa de planejamento familiar, como há na China. No entanto, naqueles países, esses programas que tratam da questão da natalidade são acompanhados de reformas no campo econômico, de profundas alterações nas estruturas sociais, de uma divisão real da riqueza produzida pelo conjunto do país. As pessoas que aderem a esse programa o fazem à medida que recebem também educação, saúde, alimentação, transporte e habitação dignos. No Brasil, não. Não se propõe qualquer transformação social. Quer-se manter o estado de miserabilidade das populações carentes. A única forma de impedir o alastramento de miséria é impedir o nascimento dos pobres. Na verdade, não se pensa em distribuir a riqueza, mas, sim, em esterilizar homens e mulheres. Na verdade, trata-se de um programa que contraria a pró-

pria natureza do homem, porque impede que a questão do planejamento familiar, do nascimento dos filhos, seja um ato de soberana decisão dos casais. Imagino o que será a oficialização desse programa se o Sr. Paulo Maluf for Presidente da República, e parece que o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas não está contrária à eleição, ou à indicação, ou nomeação do Sr. Paulo Maluf para à Presidência da República pelo PDS. E isto é que nos atemoriza. Se este programa for oficializado e implantado no País, sob um regime desses, não estaremos muito longe daquilo que ocorreu na Alemanha, na década de 30. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Deputado Ronaldo Campos.

O SR. RONALDO CAMPOS (PMDB — PA) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srs. Congressistas, Santarém, no Estado do Pará, pelo casuísmo político de que há mais de 20 anos se tem servido o regime para manter-se no Poder, foi transformado como tantos outros municípios, em área de segurança nacional, no ano de 1969, retirando-se a seu povo o direito de escolher seu Prefeito.

Segundo município mais importante do Estado, com mais de 300 mil habitantes e caminhando para a casa dos 100 mil eleitores, a população de Santarém tem assistido, nestes 15 anos, a um espetáculo político deprimente e vergonhoso: sua Prefeitura (por alguns prefeitos nomeados, que por ela têm passado) transformada em pasto para a mais despudorada corrupção. Como muitos outros Municípios de segurança nacional, sua Prefeitura tem servido para a comercialização política, na tentativa de enfraquecer a Oposição, que tem sido imbatível, dada a repulsa popular por este método de acomodação, haja visto que alguns "paraquedistas" (nome pela qual são conhecidos em meu Estado os Prefeitos nomeados) saíram dos quadros do MDB, a exemplo do atual, Sr. Ronan Liberal Lira, que, graças a traição a seu Partido, ganhou emprego na SUDAM, vindo posteriormente a ser guindado ao cargo de Prefeito **Pro-tempore**, embora, anos atrás, tenha sido o principal responsável pela falência de uma cooperativa denominada COMAPEBA (Cooperativa Mista Agropecuária do Baixo-Amazonas), financiada pelo Banco de Cooperativismo (Agência de Belém), que fechou suas portas, com prejuízo de seus cooperados e da pecuária da região. A Cooperativa faliada permitiu a independência financeira do Sr. Ronan Liberal Lira, responsável que era por sua contabilidade e pelo dinheiro, o qual pessoalmente recebia em Belém, entregando a metade a seus associados, o que lhe permitiu constituir um patrimônio em nome de pessoas de sua família.

Este fato, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é do conhecimento de todo o Município de Santarém. E é a este "paraquedista", cujo português, em que pese o título de advogado, faria tremer o túmulo de Ruy Barbosa e que tem constituído motivo de achincalhe e de riso para as crianças de minha terra (pelo palavrão errado que usa quando fala em público e na televisão), que quero neste pronunciamento em referir, para que mais tarde não seja acusado de omisso diante da corrupção que assola o Município de Santarém, que tem como corrupto-mor o Sr. Ronan Liberal, capitaneado pelo seu Secretário de Obras e sócio de falcatruas, Engenheiro Manoel Canté.

Com uma arrecadação mensal superior a 1 bilhão de cruzeiros; com uma folha de pagamento de funcionários que não chega a 200 milhões; com ajuda permanente da SUDAM, destinada ao sistema viário da cidade, e verbas a fundo perdido da EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos), tem o Sr. Ronan Liberal pavimentado algumas ruas. Gostaria que o povo de minha terra tivesse em mãos a receita e a despesa mensal do Município, podendo ver a quantidade de dinheiro que entra nos cofres da Prefeitura, para que juntos chegássemos à mesma conclusão. A de que nunca houve em Santarém um Pre-

feito tão desonesto, tão incapaz e incompetente quanto o Sr. Ronan Liberal Lira, que procede com o dinheiro da Prefeitura da mesma maneira como procedia com a COMAPEBA.

O seu auxiliar, Manoel Canté, no que pese ser nomeado Secretário de Obras do Município, é empreiteiro da Prefeitura e sócio de uma firma de materiais de construção denominada Canté & Cia., principal fornecedora do Município, o que é crime administrativo.

Escrúpulo não existe; as fazendas de Manoel Canté, situadas uma na área de Colônia e outra na região de Lago Grande, têm sido beneficiadas com máquinas da Prefeitura, para lá deslocadas para serviços de terraplenagem; carros da Prefeitura conduzem materiais de construção para obras particulares; o Código de Postura do Município é mensalmente prostoído mediante propina em construções que não obedecem regras aos quais estariam obrigadas por lei. Chegou ao absurdo de pavimentar a última rua localizada na cidade, que parte do igarapé denominado Santarenzinho — local do início da Santarém/Cuiabá — e vai até ao bairro da Interventoria, sem obediência aos preceitos da profissão de engenheiro, que abraçou com o único fim de valorizar dezenas de terrenos que mantém neste percurso. O Canté o que tem de gago tem de ladrão, e ninguém melhor do que ele para auxiliar o Prefeito Ronan.

Há meses, o Deputado Paulo Roberto denunciou na Assembléia Legislativa do Estado, sem nenhum desmentido do Prefeito, um contrato entre a Prefeitura e uma firma de engenharia denominada MADESADE, para a construção de 800 casas de madeira, financiadas pelo BNH, em terras localizadas no antigo Aeroporto, contrato no qual o Prefeito embolsaria 10% do valor do empreendimento, e que, àquela altura, correspondia a importância superior a 500 milhões de cruzeiros. Devido ao escândalo armado pelo Deputado e o protesto de firmas construtoras, esta grossa marmelada não se concretizou. O Prefeito nomeado, vendo a jogada das casas ruir, resolveu lotear e vender de maneira ilegal os terrenos existentes no antigo Aeroporto, enganando incautos com um contrato de venda imoral, sem nenhum valor jurídico, sem o conhecimento da Câmara de Vereadores, que aprovou lei regulamentando a venda de terras nessa área, a qual, por si própria, foi sancionada. Como pode o Prefeito vender sem licitação terras do município chegado ao absurdo de baixar uma portaria, acompanhada de um ofício por ele assinado, autorizando o Tabelião, titular do Cartório de Títulos e Documentos, a fazer duas escrituras beneficiando dois ex-vereadores de seu Partido, o que não foi feito, por ser o Tabelião pessoa altamente esclarecida e competente? Como pode cometer um absurdo tão grande quem se diz Bacharel e conhecedor de Direito Agrário? Estamos alertando o povo de Santarém, para que não adquiram os lotes de terra da maneira como está sendo feito, embora as melhores áreas estejam reservadas ao Prefeito e ao seu Secretário de Obras.

Dinheiro da Prefeitura é remetido a jornalista que atua fora do Estado, em somas vultosas, quiçá para cobertura de sua nefasta e corrupta administração.

Os funcionários do Município, com seus baixos salários, não recebem a assistência que deveriam receber, e, quando adocem, compram remédios com dinheiro de seu salário. Em caso de necessidade, deslocam-se para Belém, comprando suas passagens. Enquanto isso, a Prefeitura, conforme relação que tenho em mãos, já distribuiu centenas de passagens aéreas a pessoas estranhas à administração, para diversos Estados do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não posso mais me alongar; o meu tempo é limitado pelo Regimento. Os documentos que tenho em mãos e os indícios, se apurados, irão provar a mais despudorada corrupção que se registra na história de Santarém. Eu passaria horas falando; enquanto isto, quero que o Prefeito saia de seu silêncio.

para dizer o resto e dar conhecimento dos assaltos que tem praticado contra o povo de Santarém.

Terminei afirmando: o Ronan da COMAPEBA é o mesmo Ronan da Prefeitura; os frutos de sua desonestade não são aplicados em seu nome, e o exemplo mais recente que posso dar são duas construções que atualmente fazem em Santarém, uma em nome de sua sogra, na Rua Floriano Peixoto, e outra em nome de uma mãe sua, que diz ser de criação, na Rua do Imperador, próximo à usina da CELPA.

Voltarei ao assunto, ao mesmo tempo em que comunico que os comprovantes da corrupção existentes na atual administração no Município de Santarém, eu os estarei enviando ao Presidente da República, ao Ministro do Interior e ao Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Deputado Sinval Guazzelli, como Líder o PMDB.

O SR. SINVAL GUAZZELLI (PMDB — RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nossa luta permanente nesta Casa tem sido um esforço, que não conhece esmorecimentos, pelo fim do árbitrio; pois exatamente quando nossa luta se propõe, nestes termos, pelo fim do árbitrio e o retorno ao estado de direito, justamente aquele homem que deveria interpretar os sentimentos do Congresso Nacional, dos representantes do povo brasileiro no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente Senador Moacyr Dalla — que, por ser o Presidente do Senado Federal, é quem preside o Congresso Nacional ele mesmo é quem dá, por suas atitudes, o exemplo do árbitrio.

Nega-se S. Ex^a a colocar em pauta, para apreciação pelo Congresso Nacional, a emenda que traz como primeiro signatário o nobre Deputado Theodoro Mendes. A Emenda Theodoro Mendes, Sr. Presidente, pela ordem é a primeira a ser discutida e votada pelo Congresso Nacional. Esta emenda, até — não tivesse a sessão em que neste Congresso se votou a Emenda Dante de Oliveira ultrapassado o seu prazo normal, já à época — deveria, naquele mesmo dia, ou em seguida, ter sido colocada em votação. Não o fez o Presidente Moacyr Dalla, porque a sessão em que se votou a Emenda Dante de Oliveira já havia ultrapassado o seu tempo.

Declara o Sr. Presidente do Senado Federal que não teria dúvidas em colocar na pauta, para a votação pelo Congresso Nacional, a Emenda Theodoro Mendes, se houvesse um acordo e uma concordância de todas as lideranças das bancadas com assento nesta Casa.

Ora, se o Sr. Presidente do Senado concorda em colocar na pauta para votação a Emenda Theodoro Mendes, desde que se verifique a anuência de todas as lideranças partidárias, é porque a colocação em pauta da Emenda Theodoro Mendes não se conflita com dispositivo constitucional. Se se conflitassem, o Sr. Presidente do Senado, mesmo com a aquescência de todas as lideranças, não teria como colocar em pauta para votação a Emenda Theodoro Mendes.

Daí por que não logramos entender a linha de raciocínio do Sr. Presidente Moacyr Dalla, pois que a colocação em pauta para votação da Emenda Theodoro Mendes não conflita com o dispositivo constitucional ou legal de qualquer espécie, tanto que o Sr. Presidente aceita colocá-la, desde que haja acordo de todas as lideranças partidárias. Ou bem se conflitará, e então o Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional não teria como colocá-lo em pauta para votação da emenda, mesmo com o apoio e a concordância de todas as Lideranças.

Se pode, com o acordo de todas as Lideranças, colocar a emenda em pauta para ser apreciada e votada, é porque a colocação em pauta não se conflita com nenhum dispositivo, quer constitucional, quer legal. Desde que não a coloca, porque não encontra aquescência de parte da bancada do PDS, da sua bancada, é que o Senador

Moacyr Dalla se veste em árbitro e pratica ato de árbitrio, quando deixa de colocar na pauta esta emenda.

Não sei, Sr. Presidente, até onde poderemos encontrar ou não, alcançar ou não os instrumentos para que a Mesa do Senado possa realmente, em especial quem a preside — o Sr. Senador Moacyr Dalla —, deixar de decidir apenas pelo seu árbitrio pessoal. Se caminhos houver para que possamos obstar esta determinação de S. Ex^a, haveremos de buscá-los, persegui-los e alcançá-los.

Ainda agora, neste episódio da regulamentação do Colégio Eleitoral, o Sr. Presidente do Senado repete a mesma postura e a mesma conduta árbitria que tem relativamente à colocação em pauta da Emenda Theodoro Mendes, pois afirmou às Lideranças partidárias, no Senado e na Câmara, que, se as bancadas não providenciarem a lei complementar reguladora do Funcionamento do Colégio Eleitoral, S. Ex^a fará com que a Mesa do Senado baixe um ato regulamentando este funcionamento — ato flagrantemente inconstitucional, porque a Constituição diz expressamente que o funcionamento do Colégio Eleitoral terá de ser regulamentado por uma lei complementar. E um ato isolado da Mesa do Senado jamais se poderá dizer que corresponda a uma lei complementar do Congresso, cuja existência a Constituição impõe para que o Colégio Eleitoral possa ser devidamente regulamentado.

Ah, Sr. Presidente, nestes tempos de árbitrio, nestes tempos de decisões pessoais, como precisamos ser fortes, como precisamos nos unir e nos somar, nós que aqui pretendemos representar o pensamento e os anseios da maioria do povo, para resistir! Nossa dever, nesta hora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é exatamente o de resistir à votação e à determinação de árbitrio do Presidente do Senado e do Congresso Nacional. Reclamamos a inclusão em pauta da Emenda Constitucional Theodoro Mendes, porque não fere nenhum dispositivo constitucional. Se o ferisse, o Sr. Presidente Moacyr Dalla não poderia concordar em colocá-la em votação, mesmo com a aquescência de todas as lideranças, pois não nos passa pela cabeça, que exatamente o Presidente do Senado e do Congresso Nacional queira praticar um ato inconstitucional.

De um lado tudo se pode praticar desde que tenhamos a concordância de todas as lideranças, e aí já não se discute o aspecto de legalidade ou da inconstitucionalidade do que se pratica. De outro, no que diz respeito à regulamentação do Colégio Eleitoral, o Senador Moacyr Dalla comunica às lideranças partidárias que, se não houver a votação dessa lei complementar pelo Congresso, ele se investirá nas funções de legislar. Ora, já se viu o Presidente do Senado Federal, legislando, baixar um ato pela Mesa do Senado, atropelando dispositivo constitucional para regulamentar, ao seu árbitrio, ao seu talante, o funcionamento do Colégio Eleitoral?

Não, Sr. Presidente, nós haveremos de encontrar os caminhos legais e travar a batalha judicial, se precisarmos travá-la, para dizer, como representantes do povo, que, enquanto perdurar essa Constituição que aí está, evitada de entulhos e de mazelas do árbitrio, e outorgada por uma Junta Militar em forma de emenda, a única Constituição do mundo que se intitula Emenda nº 1, mesmo assim, apesar de tudo isso — e queremos derrogá-la no dia de amanhã através de uma Assembléia Nacional Constituinte — enquanto estiver em vigor, mesmo com as mazelas e com os entulhos do árbitrio que a informam, queremos vê-la respeitada e posta em prática. E vamos lutar com todas as nossas energias, nós que verberaremos contra o árbitrio, para que árbitrio não se cometa nesta Casa, no Congresso Nacional.

Ouço, com muito prazer, meu nobre companheiro e prezado Líder, Arthur Virgílio Neto.

O Sr. Arthur Virgílio Neto — Deputado Sinval Guazzelli, V. Ex^a aborda a questão das eleições diretas e do próprio funcionamento do Congresso Nacional com

muita autoridade. E entendo que a veemência do seu discurso cai bem em face da conjuntura. Ao PMDB não cai bem a postura defensiva, e V. Ex^a parte exatamente para o ataque, nomeando o Senador Moacyr Dalla o principal responsável por não estar sendo posta na pauta de votação a Emenda Theodoro Mendes, que daria a alforria das eleições diretas ao povo brasileiro. Ainda há pouco, o nosso querido companheiro e amigo, o admirável Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro, arrolava a questão da Emenda Theodoro Mendes em linha bastante semelhante à que V. Ex^a perfilha agora. E S. Ex^a apenas não se colocava *in totum* de acordo com a nossa posição, do PMDB, porque quase insinuava haver culpa do PMDB por não estarem aqui Deputados e Senadores capazes de fazer funcionar cada uma das duas Casas de maneira mais efetiva e mais clara. De fato, entendo como imoral o Congresso estar vazio. Entendo como imoral que a Câmara dos Deputados — lugar de Deputados é, sobretudo, aqui — funcione com 5 ou 6 pessoas, com a ausência de Deputados do PMDB, do PDS, do PT, do PDT e do PTB, ausência de todos. A culpa deve ser atribuída uniformemente a todos os partidos, que não estão, de qualquer maneira, pelos seus Deputados, cumprindo com a obrigação preliminar, com a obrigação mínima, a obrigação exigível de comparecer às sessões e fazer jus aos proventos que recebem dos cofres públicos, e fazer com que o Congresso Nacional funcione, aprovando as leis que o seu consenso médio entenda como sendo corretas, e rejeitando as que julguem incorretas. Ainda gostaria, no discurso de V. Ex^a, de expor a posição correta do partido, jogando-nos de fato na ofensiva, cobrando de quem se deve o fato de a eleição direta não ser colocada em votação. Eu diria que temos de tomar medidas bastante urgentes para que o Congresso funcione. A obstrução é um recurso válido. Entendo que a maioria, talvez, não devesse usá-la, mas a obstrução é um recurso válido, e sobretudo a culpa de o Congresso não funcionar é daqueles que aqui não comparecem e que justificam o recurso à obstrução que por aí tem sido posto. Deputado Sinval Guazzelli, o PMDB tem todo interesse no pleito direto, e quando pela maioria dos seus membros se dispõe a ir ao Colégio Eleitoral, ele faz certo de que não há outra alternativa no momento, em face das dificuldades opostas pela ação do Presidente do Congresso, em face de reconhecer que talvez o Sr. Paulo Maluf tenha 160 Deputados que inviabilizariam a aprovação de uma emenda de diretas aqui. Mas se nós dispusiirmos a ir, pela nossa maioria, ao Colégio Eleitoral, é porque entendemos ser preciso acabar com a situação de árbitrio e, a partir daí, fixar um prazo, o mais curto possível, para termos a eleição direta e o estabelecimento de novas regras para o jogo político. Nós não vamos de fato ficar na defensiva. Se a culpa de a Emenda Theodoro Mendes não estar sendo posta em votação cabe ao Presidente Moacyr Dalla, devemos nomear isso com a maior clareza. Devemos ir à Justiça, se ele partir para o que eu considero uma chantagem — fazer a regulamentação do Colégio Eleitoral pela Mesa do Senado, em visível medida de árbitrio. E, ainda, se a obstrução continuar, e não aprovarmos o Projeto da Informática — o Deputado Brandão Monteiro referiu-se aqui que ele poderia ser aprovado se viessem para cá os Deputados do PDS e do PMDB, o que significa nivelar ideologicamente os dois partidos, o que não é possível — é porque temos uma visão que nos remete à briga pela reserva do mercado. O projeto do Governo talvez conte com o apoio de algumas pessoas do PDS, mas pretende dar outro tipo de tratamento ao problema. Portanto, não temos como trazer duas bancadas para cá, até porque só podemos responder pela nossa própria bancada, a do PMDB, sem nenhuma dúvida. Então, se culpa cabe ao Congresso por não estar funcionando na sua plenitude, essa culpa deve ser atribuída a Deputados faltosos do meu partido — e uso esta tribuna para censurá-los publicamente — a Deputados faltosos do PDS, a Deputados

faltosos do PT, a Deputados faltosos do PDT e a Deputados faltosos do PTB. O Congresso é que precisa, por todos os seus líderes responsáveis, fazer com que a moralização dos seus trabalhos impere e nós possamos cumprir o nosso dever de legisladores. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. SINVAL GUAZZELLI — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Raymundo Asfora — Permite-me V. Ex^a um esclarecimento?

O SR. SINVAL GUAZZELLI — Ouço, com prazer, o nobre Deputado Raymundo Asfora.

O Sr. Raymundo Asfora — Nobre Deputado Sinval Guazzelli, a Comissão de Constituição e Justiça, na sessão matutina de hoje, discutiu e aprovou a emenda que regulamenta a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral. Porém, Deputados do PMDB pediram verificação de **quorum** e não houve número legal para decisão. A matéria foi adiada.

O SR. SINVAL GUAZZELLI — Agradeço a V. Ex^a o esclarecimento.

Sr. Presidente, na realidade, vivemos uma hora de muitas apreensões, não apenas aqui no Congresso Nacional, nós, os Congressistas — (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) Já termino, Sr. Presidente, diante da advertência de V. Ex^a. O povo também, especialmente o povo nas ruas, o povo que se manifestou de forma clara, inequívoca, diria até empolgante, pela retomada do seu direito de eleger, com o seu voto, o futuro Presidente e Vice-Presidente da República, este povo disse bem alto, a todos nós, que também deseja uma nova Constituição para o Brasil, que possa encerrar um ciclo de nossa vida republicana e abrir uma nova etapa, votada livre e sobre-

ranamente por uma Assembléa Constituinte que possa encarnar como a matriz das nossas instituições jurídico-políticas os próprios anseios deste povo por um novo pacto social, por um novo modelo de sociedade brasileira, mais distributiva, mais equitativa, mais solidária, mais humana, mais justa e mais livre. Mas enquanto lá não pudermos chegar — e haveremos de chegar no dia de amanhã — lutemos neste campo restrito de que dispomos hoje com o texto desta Carta outorgada que aí está, para pelo menos fazer valer os seus princípios no jogo e no debate político desta Casa, para que a Mesa do Senado, especialmente o Sr. Presidente, possa se decidir. É o que queremos, é o que esperamos, é o que advogamos, é o que pedimos, nos estritos termos do que dispõe a Constituição e a lei.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Está encerrado o período destinado para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1984, que acrescenta o parágrafo 6º ao art. 15 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1983, que revoga os §§ 5º e 6º do art. 152 da vigente Constituição da República Federativa do Brasil, tendo

PARECER, proferido oralmente pelo Deputado Djalma Bessa, pela rejeição da Proposta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta de 3 de agosto de 1983, às onze horas, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Na sessão conjunta de 29 de setembro de 1983, às onze horas, teve a discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Na sessão conjunta de 16 de maio do corrente, às onze horas, a votação foi adiada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

A Proposta de Emenda à Constituição, nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse **quorum**, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O item II da pauta também está em fase de votação, que deixa, pelo mesmo motivo, de ser realizada, passando-se ao item III da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Tem a palavra o nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Grupo Só Diretas entende que a matéria mais importante que tramita neste Congresso Nacional é a emenda que restabelece eleições diretas para a Presidência da República, de autoria do Deputado Theodoro Mendes. Entendemos que compete ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, a responsabilidade de colocar em votação essa matéria. Pedimos a V. Ex^a, dada a visível inexistência de **quorum**, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Sendo evidente a falta de **quorum**, atendendo à solicitação de V. Ex^a, dou por encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 24 minutos.)

Ata da 206ª Sessão Conjunta, em 15 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloisio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Fleming — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Leorne Belém — PDS; Lício Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrasio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Virgildálio de Sena — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Theodoro Ferreira — PDS.

Rio de Janeiro

Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Nery — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Maurício Campos — PDS; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Yeloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Pasos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB;

Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olívio Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 285 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE.
Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, S. Ex^a, o Presidente da República, acaba de encaminhar a esta Casa o voto que fez com que o trabalho desenvolvido pelo Congresso brasileiro, nas suas duas Casas, em favor do desenvolvimento dos Estados produtores de petróleo, ficasse sem aplicação imediata.

Mas aqui estamos para registrar aquilo para o que toda a Nação brasileira hoje se volta, que é a expectativa de que o Congresso possa derrubar esse voto. Esta expectativa se traduz, exatamente, porque o óleo da bacia petrolífera, por exemplo, na minha região, de Sergipe, de Alagoas, que atualmente atinge cerca de 64 mil barris diários, ou seja, 23 milhões de barris por ano, que por sua vez representam dois terços da produção sergipana, não pode ficar sem uma indenização do Governo Federal, para que tenhamos condições de desenvolver outros projetos prioritários e significativos para o desenvolvimento do nosso Estado e do Nordeste brasileiro.

Mas, hoje, Sr. Presidente, creio que há um consenso nacional, da mesma forma como se desenvolveu há trinta anos a grande luta para que criássemos à PETROBRAS, para que ela pudesse desempenhar o seu papel, que corresponde às aspirações nacionalistas da gente brasileira. Hoje, quando buscamos a nossa auto-suficiência de petróleo, os Estados deram a PETROBRAS a contribuição imprescindível para a fixação de seus técnicos em cada Unidade da Federação, com as suas famílias, recebendo das administrações municipais e estaduais aquele apoio suplementar, imprescindível para a realização desse trabalho.

Agora, a Diretoria da PETROBRAS resolveu, através do Conselho Nacional do Petróleo, motivar o Sr. Presidente da República a que viesse vetar o projeto, que passou pelas duas Casas do Congresso Nacional, com aprovação unânime de todas as correntes partidárias. Em Sergipe, os meios empresariais se movimentaram e levaram à consideração da última reunião das Associações Comerciais do Brasil, através da Confederação das Associações Comerciais, um manifesto, encaminhado ao Sr. Presidente da República e por ele não considerado. Solícito de V. Ex^a que o faça integrar ao meu pronunciamento.

Por outro lado, a imprensa também se tem manifestado. O órgão da Associação Comercial de Sergipe, no seu editorial "O voto do Presidente", traz uma manifestação inequívoca do prejuízo que está a causar à economia sergipana o retardamento desta justa concessão, que constitui a aspiração da economia de todos os Estados produtores de petróleo no Brasil. Mas também os outros órgãos da imprensa, como o Jornal de Sergipe, através do editorial "O petróleo é nosso, e a Gazeta de Sergipe, através de "O voto e os votos", fazem análise lúcida e clara do assunto, principalmente condenando a insensatez do Ministro das Minas e Energia, que esteve em Sergipe no exato dia em que o Sr. Presidente da República vetava o projeto, aprovado pelo Congresso Nacional, para tentar aliciar votos do PDS a uma causa em que ele também perdeu. Hoje, deve estar a analisar as consequências de seu ato.

Deixo aqui, portanto, as manifestações dos meios empresariais e da imprensa sergipana, na movimentação, que se traduz em todo o Brasil, a fim de que o Congresso Nacional, quando vier a apreciar o voto, acima dos fronteiras partidárias, procuremos nos unir, para que possamos todos não só restaurar a iniciativa aprovada pelo Congresso Nacional, mas, acima de tudo, levar às Unidades da Federação Brasileira e aos Municípios a parceria que o Poder Federal está devendo e que é fundamental à restauração da nossa economia pela independência financeira.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA:**Veto Presidencial ao Projeto dos "royalties"**
contrariou reivindicação das Associações Comerciais

As Associações Comerciais do Brasil, lideradas pela Confederação das Associações Comerciais, tinham dirigido pedido ao Presidente João Figueiredo, no sentido de que sancionasse o projeto de lei aprovado pelo Congresso, concedendo o pagamento de royalties do petróleo

explorado na plataforma submarina, aos Estados e Municípios confrontantes. O pedido da CACB, fora redigido nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor
João Baptista Figueiredo
Digníssimo Presidente da República
Palácio do Planalto
Brasília — DF.

Exceléncia,

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil, reunida com suas 27 Federações Estaduais, nesta data, na cidade de Salvador, Bahia, manifesta sua confiança em que Vossa Exceléncia sancione o Projeto de Lei regulamentando o pagamento de **Royalties** sobre o petróleo extraído no litoral dos Estados e municípios, que vem de ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Por considerar que a medida corrige uma distorção de nossa Legislação em detrimento desses Estados e Municípios, espera que Vossa Exceléncia atenda a essa legítima aspiração, transformando aquele Projeto em Lei.

Respeitosas Saudações,
Salvador, 30 de junho de 1984

Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Presidente em exercício — Amaury Temporal; Associação Comercial do Acre, Presidente — Francisco Diogenes de Araújo; Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas, Presidente — Jálves Tenório Costa; Associação Comercial e Industrial do Amapá, Presidente — Rugatto Boether; Associação Comercial do Amazonas, Presidente — Jorge Alberto Souto Loureiro; Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia, Presidente — Wilson Galvão Andrade; Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, Presidente — Lindberg Aziz Cury; Associação Comercial do Ceará, Presidente — Humberto Fontenele; Federação das Associações Comerciais, Industriais do Estado do Espírito Santo, Presidente — Wilson Pichara Sily; Federação das Associações Comerciais do Estado de Goiás, Presidente — José Cunha Júnior; Federação das Associações Comerciais do Estado do Maranhão, Presidente — Haroldo Correa Cavalcanti; Associação Comercial de Cuiabá, Presidente — Archimedes Pereira Lima; Federação das Associações Comerciais do Estado de Mato Grosso do Sul, Presidente — Lyrio Novaes; Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais, Presidente em exercício — Iram Reis Corrêa; Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Pará, Presidente — Roberto Farid Elias Massoud; Associação Comercial do Estado da Paraíba, Presidente — João Batista Tavares de Melo; Associação Comercial de Campina Grande, Presidente — Antônio de Oliveira Jatobá; Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná, Presidente — Carlos Alberto Pereira de Oliveira; Federação das Associações Comerciais do Estado de Pernambuco, Presidente em exercício — Oscar Barbosa; Associação Comercial Piauiense, Presidente — Ferdinand Silveira; Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Norte, Presidente — Airton Soares Costa; Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul, Presidente — César Rogério Valente; Associação Comercial de Rondônia, Presidente — Antônio Adamor Gurgel do Amaral; Associação Comercial de Roraima, Presidente — José Faustino da Silva; Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, Presidente — Vitor Freysleben Moritz; Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, Presidente — Guilherme Afif Domingos; Associação Comercial de Sergipe, Presidente — Januário Gomes Conceição; Federação das Associações Comerciais Industriais e Agropastoris do Estado do Rio de Janeiro, Presidente em exercício — Amaury Temporal.

O veto do Presidente

Anselmo Oliveira

Sergipe assistiu estarrecido o veto do Presidente da República ao Projeto de Lei que concede cinco por cento a título de **royalties** aos Estados e Municípios produtores de Petróleo, cuja exploração é feita na plataforma submarina.

Este assunto, por sinal, foi exposto com objetividade e clareza, pelo lúcido e competente Presidente da Associação Comercial de Sergipe, empresário Januário Conceição, um dos baluartes da luta empreendida por todas as Associações Comerciais do Brasil, num exemplo de patriotismo e respeito ao regime Federativo Brasileiro. O pronunciamento do Sr. Januário Conceição na sede do Rotary Club Aracaju — Siqueira Campos, no último dia 5 do corrente, na primeira reunião do ano rotávio, ocorreu sob a atenção e os aplausos dos sócios e convidados visitantes daquele Clube de serviço.

A questão é por si só de importância capital para o desenvolvimento dos municípios e dos Estados. Portanto, o veto ao projeto é uma desatenção do Presidente Figueiredo aos Estados Nordestinos (em sua maioria produtores de petróleo) que na última eleição deram sustentação política ao Governo. O Nordeste, e em especial, Sergipe, foi penalizado por ser um Estado que apoiou os candidatos do PDS. Por outro lado, o veto se insurge e desmoraliza o Poder Legislativo (Senado Federal e Câmara de Deputados), ou seja, reduz a uma insignificância própria dos regimes autoritários, mais uma vez desrespeitando o povo que conduziu ao Congresso Nacional seus legítimos representantes.

Infelicidade maior, para nós sergipanos, é sabermos que um sergipano, o General Oziel de Almeida, foi quem deu parecer contrário ao projeto, dai influenciando o Presidente para que o mesmo o vetasse.

A alegação de inconstitucionalidade não é procedente, posto que os produtores de petróleo recebem da PETROBRÁS **royalties** pela extração em terra, e como se sabe o subsolo é patrimônio da União, e o pagamento dos **royalties** é matéria financeira também. Sendo assim, basta uma lúcida aplicação da analogia, para se entender do direito cristalino dos municípios e estados.

Em tudo isso, fica claro, a necessidade urgente de uma assembléia constituinte para moralizar este nosso País, e por fim, as excrescências e aos desvirtuamentos dos Poderes da República. Do mesmo modo torna-se necessário uma descentralização da administração para que façamos jus ao título de "federado".

Neste momento de luta é mais que necessário que a classe empresarial, política e todos os segmentos da sociedade brasileira acreditem e enviem esforços no sentido de ser aprovado o projeto com seu texto integral. Aos Senadores e Deputados, especialmente, os sergipanos, cumprem honrar os mandatos que lhes foram outorgados pelo povo, e não por outros políticos e tecnocratas, que para nossa infelicidade, colocam os seus interesses pessoais acima dos interesses de toda uma nação.

O petróleo é nosso

A Petrobrás e o Conselho Nacional do Petróleo, reagindo à decisão do Congresso Nacional que aprovou projeto de lei que concede aos Estados, participação a título de **royalties**, sobre o óleo extraído da plataforma continental, emitiram parecer, dirigido ao Ministério de Minas e Energia, combatendo o diploma recém-aprovado e sugerindo à Presidência da República que o ferreteie com o instrumento do veto.

O parecer, por certo, agarra-se a filigranas legais, estribado na falsa permissa, de que as sociedades devem viver em permanente estado de conformismo com a lei, mesmo quando essa atente contra interesses legítimos da comunidade. Não se comprehendeu, nesse documento que os diplomas legais são erigidos, exatamente, para as-

segurarem o bem-estar comum. Preferiu-se a forma, no lugar da substância.

Mas, deixando aos juristas, o exame do direito encaremos os fatos com os olhos voltados para as aspirações maiores de Sergipe e dos Estados produtores do óleo negro. Eles integram, generosamente, a Nação, não apenas o óleo acumulado em seus subsolos, mas, toda uma gama de serviços de infra-estrutura e apoio, sem os quais extremamente, penosa, seria a atuação da Petrobrás. É com recursos dos Estados e Municípios que se abrem estradas, instalam-se serviços de água, luz, esgotos, escolas, etc. É com as disponibilidades desses enfraquecidos erários que se contratam professores, trabalhadores braçais e, em todos os níveis, agentes da administração pública, cujas tarefas complementam e apóiam aquelas desenvolvidas pela empresa responsável pela prospecção, extração, refino e comercialização do petróleo e seus derivados.

Esquecer-se tudo isso, se não for despreparo, é pelo menos, clara manifestação de desapreço, pelas unidades federativas que serão atingidas pelo veto, nutridos um e outro, por quem tenta evitar que o Presidente da República transforme em lei, esse velho anseio dos Estados brasileiros. E o mais lamentável é que, integrando, esse bloco contra a concessão dos **royalties**, se encontre o gal. Oziel Costa, sergipano, de Riachão do Dantas, que esquecido de suas origens, posta-se frontalmente, contra essa justa reivindicação de seus coestaduanos. Com esse comportamento ele se distancia da gente que sempre o admirou e perde, sem dúvida alguma, a condição de porta-voz de Sergipe que o povo, espontaneamente lhe concedeu.

Nessa hora decisiva, quando preciosos recursos poderão ser afastados do Tesouro Estadual, se o veto ocorrer, cumpre-nos convocar todas as forças sergipanas para um trabalho conjunto e imediatamente, junto ao Senhor Presidente da República, concitando-o a rejeitar a sugestão da Petrobrás e CNP, sancionando o projeto de lei. A classe política, os órgãos representativos de empregados e empregadores, deverão enviar telegramas ao chefe do Executivo do País, dizendo-lhe da nossa apreensão e desapontamento com a conduta daqueles que pretendem condenar-nos, pela falta de recursos, ao permanente estágio de subdesenvolvimento. É preciso que, todos juntos, travemos essa batalha, mesmo que uns poucos, como o gal. Oziel hajam esquecido suas origens.

EDITORIAL

O Veto e os Votos

Lamentável, sob todos os aspectos, o veto apostado pelo Presidente da República ao projeto de lei aprovado no Congresso Nacional que estendia a obrigatoriedade do pagamento de **royalties** por parte da PETROBRÁS, ao petróleo produzido na plataforma continental, favorecendo os estados e municípios confrontantes com as áreas submarinas produtoras.

O veto procurou firmar-se em motivo de ordem constitucional que atribui à competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira, incluindo-se nesta categoria o projeto dos **royalties**, por isso que sua iniciativa pelo Legislativo fora indevida e como tal vetada.

Em recente passagem por esta Capital, o Ministro das Minas e Energia, César Cals que está postulando o apoio dos Estados para sua candidatura como Vice, na chapa do presidenciável Andreazza, interpelado pelos jornalistas sergipanos sobre o veto ao mesmo projeto, saiu-se dizendo que a União como exclusiva proprietária do petróleo da plataforma, não estaria obrigada a pagar pelo que lhe pertence, mas acreditava que o Presidente João Figueiredo vai estudar outra forma de compensar os Estados e Municípios que foram prejudicados.

Nada nos garante que o Presidente esteja pensando como afirma o seu Ministro das Minas e Energia, este

agora interessado nos votos dos representantes dos Estados e Municípios que irão à Convenção do PDS e depois ao Colégio Eleitoral, para escolherem os sucessores do atual Presidente e do Vice-Presidente da República.

O que sabemos é que o voto presidencial atingiu em cheio as esperanças de Sergipe como Estado que seria beneficiado pelo projeto de lei aprovado no legislativo federal.

Nosso Estado proporciona à sua população, foi dos que deram a maior contribuição para a vitória das forças políticas a que pertence o Presidente João Figueiredo. No entanto, que compensação está tendo? Suas esperanças de desenvolvimento residem mais nas riquezas naturais com que a mãe natureza dotou o seu subsolo e sua plataforma submarina. A partilha na exploração destas riquezas é um direito que lhe assiste por justiça social e nem a Constituição nem lei alguma deveria ser invocada para prejudicar este direito, mas antes para efetivá-lo e fortalecê-lo. Como Sergipe os demais Estados produtores de petróleo também têm direito a esta justa retribuição que agora ficaria determinada por lei e não dependente de outras soluções "generosas" do Presidente da República.

A nossa luta e a nossa esperança devem repousar agora na derrubada do voto presidencial, no Congresso, a fim de que prevaleça o projeto e seja ele transformado em lei.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Promovido pela Secretaria de Finanças do Governo do Município de São Paulo, cujo titular é o Dr. Denisard Cnéo de Oliveira Alves, e organizado pelo Instituto de Estudos Municipais e Urbanos — IEMU, realizou-se, no dia 4 de julho próximo passado, o I Forum São Paulo, que teve como tema central a "Capacidade de Investimento Municipal: Recursos Próprios, Transferências e Financiamentos".

Partindo das premissas de que o problema fundamental das comunas brasileiras é sua reduzida capacidade de investimento para atender às necessidades básicas reclamadas pelos cidadãos, por um lado; e por outro, de que assunto de tal ordem propicia exame político da questão, com vistas ao resgate do exercício da cidadania, os participantes daquele I Forum São Paulo, que viram nele uma oportunidade pioneira de reunião entre o Executivo Municipal e representantes da sociedade civil, para amplo debate dessa importante temática, chegaram às seguintes conclusões:

— a causa primeira do empobrecimento das cidades brasileiras é, irretucavelmente, o modelo institucional e econômico vigente no País, que concentra nas mãos do Governo Federal a maior parcela de competências nas áreas financeira e tributária, em detrimento das esferas de Governo estadual e municipal. Essa situação possibilita ao Poder Executivo Federal imiscuir-se ilegitimamente e exercer funções que, no verdadeiro Estado de Direito, são privativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

— uma reforma tributária que promova a justiça fiscal e garanta o desenvolvimento nacional só pode ser pensada a partir da reformulação do modelo econômico-institucional brasileiro.

Para tanto, Srs. Deputados, os participantes do I Forum São Paulo, que por certo é o primeiro de uma grande série, e essa idéia pode e deve ser repetida em outros municípios, aprovaram as seguintes propostas:

1. A urgente reformulação do modelo econômico-institucional, tendo como pressupostos básicos os seguintes:

— retomada do crescimento da economia nacional, através do fortalecimento do mercado interno;

— negociação da dívida externa em termos que reafirme a soberania do Brasil no concerto das nações;

— adequada distribuição da carga tributária, de modo a compatibilizá-la com a efetiva capacidade contributiva de cada um dos segmentos da sociedade brasileira;

— estabelecimento do Município, através da atribuição de competências tributárias plenas e privativas de forma a possibilitar o suprimento de suas necessidades e a elaboração de uma efetiva política fiscal que o habilite a enfrentar problemas como desemprego, crise habitacional e transporte urbano;

— criação de sistema nacional de transferências de receitas, capaz de viabilizar a integração nacional pela efetiva redução dos desniveis regionais;

2. Imediata e progressiva tributação de ganhos de capital, sobretudo os que decorrem de acréscimo do patrimônio privado em razão de obra pública; e

3. Assunção da dívida interna dos municípios pelo Tesouro Nacional, em face dos antecedentes históricos da concentração das receitas arrecadadas nas mãos da União.

Congratulando-me com o ilustre Secretário das Finanças do Município de São Paulo, Dr. Denisard Cnéo de Oliveira Alves, pela feliz iniciativa; com o Instituto de Estudos Municipais e Urbanos pela organização e com os participantes pela seriedade dos estudos e das sugestões oferecidas para a solução desse problema municipal, que acaba sendo um grande problema nacional, registro aqui a realização do I Fórum São Paulo.

Era o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o último acordo de Cartagena levou à tribuna um dos mais prendados engenheiros paulistanos, o Vice-Presidente do Instituto de Engenharia do Estado de São Paulo. Trata-se do Dr. Marco Antônio Mastrobuono. S. S^a estabeleceu, na sua dialética, um profundo estudo a respeito do problema da infra-estrutura brasileira em face da dívida externa, e deu a medida, estabeleceu melhores critérios.

No meu entendimento, trata-se de trabalho de um jovem dos mais brilhantes, um paulistano.

Requeiro a V. Ex^a sua inserção nos Anais, atendidas as normas regimentais.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FARABULINI JÚNIOR EM SEU DISCURSO:

ACORDO DE CARTAGENA

A integração andina em seu XV aniversário

Seminário "Por uma visão do Desenvolvimento Latino-Americanano com Autodeterminação, Democracia e Paz"

Exposição do Dr. Marco Antônio Mastrobuono

O Brasil: sua situação atual e perspectivas

Autoridades e convidados a este Seminário,

Eu também gostaria de agradecer a extraordinária honra que me foi concedida ao me permitirem trazer a este evento, de tanta significação e magnitude, as minhas reflexões. Gostaria, ainda, de agradecer a brilhante exposição do Aldo Ferrer, tão concisa, tão lúcida, tão apropriada, especialmente, no que diz respeito à natureza e aos efeitos do processo de endividamento e às condições dele derivadas para o processo de desenvolvimento do continente.

Isso representa para mim, além de tudo, um grande favor pessoal, já que me poupa tempo e me permite orientar a minha exposição para aquilo que deve ser tratado de maneira mais profunda: a realidade da crise econômi-

ca decorrente de fatores internos que, como bem disse o Aldo, tem seu próprio significado e suas próprias consequências limitantes. Isso, quiçá, seja um processo mais grave ainda do que aquele derivado das circunstâncias do endividamento externo.

Aspectos principais da atual situação brasileira

A dívida interna brasileira já atinge, atualmente, a terça parte da externa. O setor público deve ao público em seu nome uma quantia que não pode ser paga. A economia brasileira não tem mais a capacidade de gerar receita capaz de servir a dívida interna, o que caracteriza um fato raro, porém extremamente grave: a insolvência do setor público. Pode ser administrada, pode ser girada e se fazer o rolamento dessa dívida durante mais algum tempo, mas a falta de resolução e solvência financeira obrigará a resolver o problema no terreno econômico, com a redistribuição interna dos bens reais entre o Estado e a sociedade civil. Eu acredito que esse seria o principal enunciado da atual problemática brasileira. Todo o resto são circunstâncias, são fatos, são agravantes de natureza conseqüencial e adjetiva.

O modelo de desenvolvimento brasileiro está saturado. Chegamos, é verdade, ao gargalo da garrafa que resulta da insuficiência cambial, que impõe restrições às importações de matérias-primas e de energéticos, que, evidentemente, limitam o ritmo do investimento e o nível da atividade econômica. Mas, ainda mais importante do que isso é que a capacidade de investimento público, que nas últimas décadas talvez tenha sido o fator mais dinâmico do desenvolvimento brasileiro, tornou-se inexiste-

te. As empresas do Estado administraram diversos oligopólios e monopólios de fato ou de direito. Os senhores conhecem a significação dos macroprojetos desenvolvidos pelo setor público brasileiro, alguns bem visíveis no setor da infra-estrutura, no setor industrial e na mineração. Menciono alguns deles: a Ponte Rio-Niterói, a Estrada Transamazônica e a Estrada de Ferro do Aço, no setor da infra-estrutura. O desenvolvimento da petroquímica, da siderurgia e da mineração pesada. À medida que se esgotam os recursos públicos o esquema todo é desmontado, assim como a estrutura de fornecedores para esses investimentos. A situação atual é que 60 por cento da capacidade da indústria de bens de capital está ociosa. Todo o sistema de engenharia está desarticulado, e aquele que sobrevive só consegue se manter apoiado em contratos no exterior.

Acredito que isso seja suficiente para indicar que o Brasil precisa procurar outros caminhos. Os modelos clássicos não oferecem nenhuma perspectiva animadora. Aldo Ferrer deixou bem claro que não é conveniente destinar a totalidade dos recursos proporcionados pelo superávit da balança comercial para o serviço e amortização da dívida externa. Mesmo se não fosse por razões de ordem estrutural, a política de conjuntura dos bancos internacionais não o permitiria. Seria um risco inaceitável para esses bancos que os países devedores pudesse, com base no superávit comercial, conformar uma "caixa" que outorgasse a capacidade de pagar à vista cerca de seis meses de importação. Esse fato, por si só, proporcionaria condições e poder de negociação para a reformulação drástica dos prazos e dos juros. Não é por mera casualidade que os tipos de juros aumentam quando crescem os superávits dos países devedores. Isso funciona como drenagem para evitar a formação de capacidade de caixa para o pagamento à vista das importações indispensáveis. Contudo, convém apontar que isso não é, sem dúvida, o motivo central que explica a elevação das taxas de juros dos bancos internacionais. Com relação a isto, o efeito do déficit público e da política governamental de amplas despesas nos Estados Unidos, especialmente, num ano de eleições, é razão suficiente para explicar o incremento das taxas de juros. De qualquer forma, o escoamento do superávit de "caixa" dos países devedores é

um subproduto muito interessante relacionado com a política do manejo das taxas de juros que merece ser examinado com maior detalhe.

Acredito que essa situação e as possibilidades de reação por parte dos países afetados tornará obrigatória, a curto ou longo prazo, a modificação do sistema financeiro e monetário internacional. O uso da moeda norte-americana como instrumento de reserva hegemônico ou estritamente preferencial, articulando-se com a capacidade de manejo interno da política fiscal norte-americana coloca o Terceiro Mundo, assim como a Europa, numa condição de inferioridade inaceitável. A curto ou médio prazo, a articulação dos interesses do Terceiro Mundo com os da Europa obrigará os Estados Unidos a mudar radicalmente sua atitude e provocará uma reformulação do sistema financeiro internacional. Espera-se que isso aconteça sem grandes rupturas, já que a desarticulação do sistema bancário internacional produziria sofrimento a todos os povos.

O problema das empresas públicas

Voltando ao aspecto da crise interna do Brasil, cabe-me apontar que ela tem também origem em alguns vícios institucionais bem claros. Durante os anos sessenta, o Brasil procurou dinamizar a operação de suas entidades públicas, especialmente, as daquelas responsáveis pela prestação dos serviços públicos fundamentais. Com essa finalidade, transformou-os de órgãos, que até então eram da administração pública direta, em organismos descentralizados com estrutura empresarial; basicamente em sociedades anônimas, cujo capital acionário é de prioridade do Estado. Utilizou-se também essa conformação para desenvolver as empresas que têm se dedicado à produção pesada, especialmente a indústria do petróleo, a petroquímica, a mineração e também os bancos, que no Brasil são 70 por cento estatais.

Essa nova figura de uma empresa, de uma entidade privada, de pessoa jurídica de Direito Privado, mas de propriedade do Estado, produziu inúmeras vantagens que não podem ser ignoradas. Se assim não fosse, possivelmente não teriam sido alcançados os atuais níveis de produção petroleira, a petroquímica não seria uma realidade, nem a siderurgia. Entretanto, trouxe problemas que atualmente representam obstáculos muito sérios para a continuação do processo.

A despesa pública, no nosso direito, é formalmente proibida, salvo no caso de autorizações explícitas outorgadas pela representação popular nas câmaras legislativas, que autorizam o Estado a efetuar despesas. Para as despesas autorizadas lhe concedem o direito de cobrar tributos, definindo-os quanto a contribuinte, natureza do fato gerador do tributo e montantes que podem ser arrecadados. Conhecemos essas autorizações excepcionais como leis do orçamento. O Direito Privado, ao contrário, outorga ampla autorização para efetuar despesas. Supõe a existência de recursos e somente quando sintomas de insolvência são manifestados, a comunidade aciona instrumentos de punição que se iniciam com a suspensão do crédito, passam pelas decretações de falência e chegam até os processos de ordem criminal.

A entidade jurídica das empresas de propriedade do Estado ficou no terreno indefinido entre dois princípios jurídicos: são privadas e, portanto, não precisam de autorização prévia por parte da representação das câmaras legislativas para efetuar suas despesas e, por outro lado, são beneficiadas pela credibilidade pública, e contra elas não prevalecem, nem são eficazes, os mecanismos de punição.

Através desse procedimento, não têm sido considerados os direitos fundamentais que os cidadãos adquiriram quando João Sem Terra, no ano de 1215, assinou a Carta Magna. Nela, os cidadãos têm direito de dizer quais os tributos que desejam pagar, qual a importância e com que finalidade.

Administrando monopólios de fato, essas empresas adquiriram a faculdade de obter, através de seus preços e tarifas, os recursos excedentes que precisavam para seus planos de investimento e, portanto, essas empresas, que não mais necessitavam submeter às câmaras legislativas a autorização para suas despesas, ficavam também em liberdade quanto à natureza dos programas que iriam implementar. Esses recursos têm, então, natureza impositiva, e a delegação de poderes tributários a entidades privadas é um instituto que foi típico do feudalismo.

Em 1954, todo o povo brasileiro fez um forte movimento para exigir do Congresso Nacional a aprovação da Lei nº 2.004, que criou a PETROBRAS e lhe concedeu o monopólio estatal do petróleo. Mas nenhum movimento desse tipo foi necessário para que nas reuniões da Diretoria da PETROBRAS fossem criadas nada menos do que quarenta subsidiárias para entrar em novos tipos de negócios que vão desde a petroquímica até a exportação de frangos.

Uma assembleia de acionistas de uma empresa estatal é um evento um tanto curioso. É um ritual vazio onde um único senhor, procurador da entidade estatal proprietária das ações, assina um documento que a maioria das vezes ratifica uma decisão da diretoria executiva. É através desse mecanismo que, atualmente no Brasil, o gesto banal de apertar um interruptor de luz transfere automaticamente recursos, o que permitiu à "holding" da eletricidade meter o País num programa nuclear com gravíssimos compromissos de segurança, tanto a nível militar como a nível ecológico. Compromissos de natureza técnica tão complexa que, em circunstâncias constitucionais, teriam exigido demorados entendimentos entre os representantes do povo e o Gabinete de Ministros. Entretanto, no Brasil não há necessidade de debates no Congresso nem de reunião de Ministros para isso.

Estes exemplos insinuam um problema muito sério, a saber, a formação de um grande poder econômico autônomo que não está sujeito à legislação que orienta o setor privado nem à soberania do Estado. Seria uma ingenuidade se alguém pensasse que organograma que define a hierarquia administrativa brasileira submete efetivamente a Portobras e ao Ministério das Minas e Energia. São frequentes as manifestações do próprio Presidente da República dizendo que as empresas estatais não lhe obedecem.

Isso gerou efeitos muito sérios. Atualmente, o orçamento conjunto das quinhentas empresas da União agrupam recursos cinco vezes superiores aos do orçamento do Governo Federal. Acumulam a capacidade de serem responsáveis por 60% da formação bruta de capital da economia brasileira, e conseguem isto através de operações de verdadeiro confisco. Na medida em que manejam seus preços e fazem a estimativa de suas necessidades de orçamento, definidas por elas mesmas, e as incluem em seus preços e tarifas, tornaram-se o carro-chefe da inflação brasileira. Seus preços e tarifas aumentam sistematicamente com maior rapidez e intensidade do que o índice médio de preços, provocando em decorrência um escoamento de recursos de todas as outras atividades, cujos preços são, forçosamente, reajustados por baixo da média. Consequentemente, é produzida uma transferência efetiva de renda de todo o setor produtivo privado para o Estado.

Por outro lado, os investimentos estatais têm aumentado em demasia o prazo médio de retorno do investimento agregado. É muito significativa a influência dos grandes projetos simultâneos de retorno lento, tais como os de energia em Itaipu ou Tucurui, os de mineração na Serra dos Carajás, o investimento siderúrgico e a infraestrutura, quando comparados com o investimento da indústria privada, com retorno mais rápido. Apresentam, ainda, uma relação produto/capital mais baixa do que a média. Isso diminui seriamente a eficiácia do novo investimento e seu efeito na formação e crescimento do produto e na geração de empregos.

Com relação à geração de empregos, é necessário também assinalar que os grandes investimentos públicos geram uma grande demanda de mão-de-obra durante o período de construção. Mas numa represa hidrelétrica, após terminada sua construção, a água passa por dentro da turbina e só precisa do trabalho de pouquíssimas pessoas. O mesmo efeito acontece numa estrada, que demanda grande quantidade de mão-de-obra durante sua construção, mas dispensa a mesma durante o período de operação. Assim sendo, a grande demanda de mão-de-obra no grande investimento público tem a propriedade de gerar empregos de maneira sumamente efêmera. Essa demanda só poderia ser sustentada se fosse possível reciclar os volumes de investimentos, mas isso cria obrigatoriamente um círculo vicioso que termina por desvincular o investimento nas obras públicas dos mercados de demanda dos respectivos serviços prestados. Assim, o Brasil continuou construindo hidrelétricas, não mais porque aumentava a demanda de energia, mas porque continuava a demanda de empregos; demanda de trabalho para a indústria da construção civil, para sustentá-la. Para isso se fez necessário continuar os investimentos.

Esse processo está presente na geração da dívida externa. Parte desse esforço de investimento foi financiado com recursos líquidos do exterior. Esse mecanismo também vinculou os processos de endividamento interno e externo. O mesmo fenômeno que gera o endividamento público interno para financiar a necessidade estatal de recursos está articulado com a necessidade líquida de recursos externos. Desta maneira, o crescimento da dívida internacional acelera o processo de endividamento interno e vice-versa.

A mudança já teve início

Acredito que não seja necessário nenhum esforço da imaginação para se chegar à conclusão de que o processo acima descrito não poderá prevalecer. Isso me faz trazer à tona um provérbio popular português que diz que "a necessidade mete a velha a caminho". Portanto, o Brasil não somente mudará muito, mas também já existem fortes sintomas de que a mudança há muito foi iniciada.

Em primeiro lugar, a voracidade fiscal gerou uma fortíssima expansão da economia informal ou paralela, como é chamada atualmente. Em segundo lugar, a capacidade de resposta agrícola despertou enorme interesse por parte do investimento privado. A maior parte das grandes companhias privadas, de natureza diversa, já iniciaram um vigoroso processo de reinvestimento em empreendimentos agrícolas modernos voltados, primeiramente à agricultura de exportação, mas com importante incorporação de tecnologia, da qual o primeiro resultado visível é a poderosa capacidade de produção e exportação de soja do Brasil.

Hoje são procuradas novas tecnologias de fertilização e correção do solo, tentando fugir dos fertilizantes de base petroquímica, que dependem da importação de matéria-prima. Atualmente desenvolve-se poderosa tecnologia bioquímica para o desenvolvimento de vírus e bactérias que são utilizados para substituir os defensivos químicos.

E o que considero mais importante, do ponto de vista integracionista, está sendo iniciada uma importante caminhada em direção à ocupação geográfica, para o interior, em direção ao oeste. São determinados conceitos muito claros com a finalidade de que no país, com insuficiência de hidrocarbonetos, sejam utilizados a energia solar e o fator generoso que constituem alguns milhões de quilômetros quadrados expostos à luz, capazes de produzir fotossíntese.

O solo pode ser reconstruído ou modificado. O clima dificilmente seria um problema para um país com recursos hídricos tão imensos ou mesmo gigantescos. Hoje em dia já foram iniciadas as tentativas para generalizar e utilizar profundamente a irrigação.

Será, portanto, questão de poucas décadas para que o Brasil se aproxime dos Países Andinos. Não mais através do custoso percurso rodeando o continente, que nos afasta dos Países Andinos mais do que da Europa ou dos Estados Unidos, tanto em termos de custo de capital do trabalho envolvido nos "stocks" em trânsito quanto em pagamentos de fretes. Razão pela qual o antigo sono de fazer as pontes internas e a aproximação será o resultado necessário da caminhada obrigatória da "velha senhora".

O Brasil não tem outro remédio a não ser o de vir para dentro do continente. Se o argumento anterior for insuficiente, é preciso ver o impacto da crise sobre o setor industrial. Sabemos que o dano produzido pela contração da indústria de bens de capital reduziu o ritmo do crescimento e a própria estabilização do produto nacional bruto. Feriu da maneira consequencial e terrível a economia de serviço. E uma vez prejudicadas as raízes, não há maneira de conservar a copa da árvore, as folhas caem.

Não é possível sustentar os níveis atuais da economia de serviços, nem um Estado tão gigantado e sem equilíbrio, como apontou Aldo Ferrer. Não é mais possível manter a imensa concentração demográfica que o Brasil tem ao longo da costa. As vítimas reais das crises são as grandes metrópoles como São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife. Isso deixará de oferecer o imenso fascínio para a migração interna e a concentração populacional urbana.

É uma questão de tempo, de maior ou menor sofrimento, de custo social maior ou menor, mas as pessoas reeducar-se-ão e procurarão possibilidades de sobrevivência em outro lugar. Eu posso ver isso com meus filhos; estão saindo da Universidade e nenhum deles tem feito planos para ficar morando em São Paulo ou no Rio. Estão sendo procuradas as novas fronteiras e, hoje em dia, o Brasil é uma entidade bastante esquizofrênica. A imagem que aparece nos comentários internacionais, nos órgãos de divulgação, refere-se ao antigo modelo brasileiro. Mas se visitarmos o oeste do Estado de Santa Catarina, ou Mato Grosso do Sul ou, ainda, os campos de Minas Gerais na região do cerrado, vemos que o nível de ocupação não apresenta sinais de timidez ou de hesitação. Há receita, há prosperidade. Enquanto no Rio e São Paulo existe uma incrível oferta excedente no setor imobiliário, em Uberlândia, nos cinco primeiros meses deste ano, o valor dos apartamentos foi triplicado.

Portanto, a mudança já se está processando, e isso terá consequências no regime institucional e político brasileiro.

A situação política

O desenvolvimento propiciado pelos grandes investimentos públicos e liderado pelas empresas estatais produziu também frutos positivos, tais como uma poderosa classe média urbana que antigamente era desconhecida, mas que o movimento de reivindicação das eleições diretas colocou nas ruas como um fenômeno social e político. Não é fácil cuidar do trabalho de organização necessário para mobilizar um milhão de pessoas numa manifestação cívica. Existem problemas logísticos muito sérios que precisam ser solucionados. A administração desses problemas pode ser realizada por essa classe média, e ela tomou agora conhecimento disso. Não há mais como evitar a sua participação no processo político brasileiro. O, assim chamado, sistema se desfaz. Já não há determinação das forças armadas para sustentá-lo, mesmo porque o modelo político institucional brasileiro era militar somente para aqueles que o analizavam na superfície.

O Brasil foi governado de maneira tirânica nos últimos vinte anos por uma poderosa tecnoburocracia do Estado, com grande poder econômico, do qual o poder político era o corolário. Mas a expansão desse sistema de poder econômico encontra seus limites porque não existe capacidade econômica da população para continuar contribuindo de forma crescente com sua poupança,

nem existe vontade política para o mesmo. Portanto, a distribuição de poderes terá que ser alterada. Não é mais possível um novo processo sucessório de acordo com o ritual de convalidação das instituições legais, mas não legítimas, que existiram até agora.

O Governo brasileiro, nas últimas duas décadas, nunca foi exercido pela estrutura partidária. O PDS é um partido do Governo, mas nunca esteve no governo. O PMDB, que é o partido da oposição opõe-se à tripulação do Estado, mas nunca se opõe à estrutura do poder. Portanto, o relacionamento da oposição e a situação era mais um ritual aditivo e formal, meramente de convalidação, do que um processo eficiente gerador da estrutura do poder.

Isso já não pode mais se sustentar. Não tem mais condições de continuar. O sistema aceitará necessariamente alterações, seja com um candidato da oposição moderada, seja com um candidato dissidente apoiado pela oposição. Do eixo em formação entre Tancredo Neves, Governador do Estado de Minas Gerais, do partido da oposição e o Vice-presidente da República, Aureliano Chaves, possivelmente surgirá o caminho para a formação de um novo poder. Com ou sem eleições diretas.

A política internacional

Do ponto de vista da política internacional, a adesão do Presidente do Brasil ao documento assinado pelos Presidentes do México, da Colômbia e da Argentina não é apenas a manifestação e o síntoma da mudança. É claramente uma capitulação. Desde que a crise da balança de pagamentos e da dívida externa se tornou evidente, o Brasil tem insistido na negociação bilateral, acalentando ilusões sobre sua capacidade econômica para dar conta do problema sozinho, talvez estimulado pelo seu sucesso de alguns anos atrás com sua política comercial na África e na Europa e com a diversificação dos destinos de suas exportações.

Mas, a recessão africana e dos outros países que tinham superávits financeiros pela exportação de petróleo, somada ao manejo das taxas de juros dos bancos internacionais, tiraram do Brasil qualquer ilusão que pudesse ter. Não lhe resta outro caminho a não se o de se reconciliar com seus sócios latino-americanos e terceirmundistas para forçar a reformulação de toda a estrutura financeira internacional, afim de que, depois de tudo, possa ser vislumbrada uma luz no túnel.

Assim sendo, o retorno do Brasil para um posicionamento integracionista ocorrerá sem dúvida, seja com culminância dos esforços para renegociar a dívida com os credores, seja pela marcha para dentro do continente, onde construiremos, definitivamente, o mercado que incentivará os Países Andinos a ocuparem seu oriente. E possivelmente esse efeito, a longo prazo, produzirá uma reviravolta na nossa posição tradicional de ficarmos voltados para o mar, de costas para os vizinhos do Continente.

Realizaremos nosso comércio sem rodear o Continente. Isso será o resultado natural da ocupação do nosso interior e de nos tornarmos mercados recíprocos a curta distância e, portanto, economicamente viáveis no que diz respeito ao transporte. Nossas produções procurarão destino com direção inversa à atual. Não mais procurarão o mar, mas os mercados internos.

Essa situação representará ainda o fim de uma dupla personalidade que o Brasil mantém em suas relações internacionais. Existe um sério divórcio que separa o Itamarati dos Ministérios Econômicos. O Itamarati tem uma vocação terceirmundista e integracionista, mas seu discurso é formal e esvazia-se nos fatos, já que toda a negociação econômica brasileira tem sido conduzida pelo triunvirado dos Ministérios Econômicos: O Ministro Secretário da Secretaria de Planejamento, o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda mais toda a equipe dirigente das empresas estatais. A força e o poder econômico destes organismos esvaziavam qualquer negociação que o Itamarati empreendesse.

Mas a crise brasileira diminuiu a credibilidade interna e o poder efetivo dos Ministérios Econômicos. Portanto, é possível que a atitude brasileira seja novamente ajustada, não mais por iniciativa, ou através, destes Ministérios, mas mediante seus canais institucionais tradicionais das Relações Exteriores.

Acredito ter traçado para os senhores, de maneira esquemática, alguns aspectos das mudanças internas cujas consequências, definitivamente, irão alterar o relacionamento internacional brasileiro. Agradeço profundamente a paciência que tiveram para me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIRO (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a greve dos professores e funcionários das universidades federais autárquicas de todo o País, encerrada nesta semana, veio mostrar, mais uma vez, que o Governo que aí está, herdeiro do regime imposto à Nação em 1964, não se sustenta na participação popular; não se sustenta na habilidade política, nem tampouco na capacidade de conciliação dos interesses nacionais.

Bem ao contrário, vive da força. Mantém-se à força e pela força. A repressão, ora mais velada, ora mais ostensiva, é a linguagem de que se utiliza para o diálogo com a sociedade. Da primeira à última instância, a ameaça é seu instrumento de governar.

Esta greve, que envolveu cerca de 35 mil professores e 65 mil funcionários de nossas universidades, constituiu-se, sem dúvida, num movimento reivindicatório vigoroso e maduro, que só fez prova da consciência profissional e política das categorias participantes.

Pela justezza e coragem de suas reivindicações, os grevistas obtiveram a solidariedade dos estudantes de todo o País — mas isto não bastou. Igualmente conquistaram o apoio dos reitores das universidades — mas não seria suficiente. Sensibilizaram amplamente a opinião pública, a classe política, as entidades civis, mas, como se nada disso valesse, esbarraram na intransigência cega da parte governamental.

Foram 84 dias de paralisação para dialogar, mas a Ministra da Educação sequer se dispôs a receber os representantes do movimento grevista, que, aliás, cientes da gravidade da situação da universidade brasileira, desde novembro do ano passado pleiteavam uma audiência no Ministério.

Nossos professores, nossos pesquisadores e cientistas, nossa elite intelectual, enfim, foram tratados pelo MEC como se fossem meia dúzia de moleques traquinhas, que não se deixam entrar em casa para não sujar o tapete. E, na falta de um diálogo honesto e criterioso, a Ministra brandiu o tacape das punições, do corte de salários, da suspensão de verbas. Chegou mesmo a ser ventilada a possibilidade de fechamento, por tempo indeterminado, das instituições de ensino em questão.

Esquecida das lições de cívismo, a Professora Esther Ferraz ministrou sua aula de democracia para uma Nação estarrecida diante do quadro negro da deterioração das condições de ensino, do colapso das atividades de pesquisa e da produção científica, e do risco iminente de privatização da universidade brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso repensar a questão educacional do País com toda a urgência, e prioritariamente. Temos hoje cerca de 8 milhões de crianças sem acesso à escola, alguns milhões de cidadãos analfabetos (ou, "mobralizados"). Convivemos diariamente com o problema da falta de mão-de-obra qualificada, de pessoal de nível técnico e de quadros especializados nos mais diferentes ramos de atividades — dos hospitais e laboratórios às varas de justiça, ou à construção civil. Nossas universidades sucumbem enquanto centros de geração de ciência e cultura, para se transformar em imensos viveiros dos desempregados do amanhã, apenas pro-

telando por alguns anos seu lançamento no mercado de trabalho recessivo.

E o ensino superior público e gratuito ainda é ameaçado de extinção, sob o falso argumento de que é preciso realocar verbas para o ensino básico. Como se se pudesse despir um santo para cobrir outro. Como se a soberania nacional não dependesse da formação de uma inteligência nacional e prescindisse de uma produção científica e tecnológica genuína. Mas, a despeito de tudo isto, a Pastora da Educação não absorve mais que 3% do orçamento nacional.

No País da Transamazônica, de Itaipu, de Angra e Tucuruí, a questão educacional fica reduzida a mera abstração de megalomaníacos.

É o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pela segunda vez volto a falar deste assunto, ou seja, julgamento do *habeas corpus* impetrado pelo Sr. Shigeaki Ueki, no Segundo Tribunal de Alçada de São Paulo, para que seja retirado da denúncia apresentada pelos Promotores da Baixada Santista, com relação ao episódio da Vila Socó. As notícias informam que, possivelmente nesta semana, o Segundo Tribunal de Alçada dará um posicionamento definitivo, votando o *habeas corpus*. Exatamente por isso, várias pessoas estão sendo ouvidas no processo da Vila Socó, mas o Presidente da PETROBRÁS não está sendo ouvido. Este fato preocupa-nos, Sr. Presidente, exatamente porque, através desse procedimento, pode-se regulamentar a impunidade. Sabemos que esse processo de Vila Socó, que corre na Vara de Cubatão, não implica necessariamente na condenação dessa ou daquela pessoa. É um processo para esclarecer a verdade sobre o incêndio da Vila Socó. Há provas, fatos, documentos que, inclusive, tenho em minhas mãos, que atestam o total descaso da PETROBRÁS com relação às instalações dos seus oleodutos, não só da Baixada Santista, como dos que ligam a Baixada Santista a Utinga, Utinga a Cubatão e Utinga a Campinas, os chamados “pontos negros”, que foram localizados em bairros de São Paulo, como Itaquera, Penha e Santo Amaro. De uma hora para outra, o silêncio voltou a reinar sobre essa questão. Quando levantamos o problema, qual é a nossa preocupação? É exatamente com a situação em que está sendo colocado o direito à vida, caso um desses oleodutos estoure, como aconteceu em Vila Socó. Nesse sentido, nossa posição é de total apoio à ação dos Promotores de Justiça da Baixada Santista. Temos nos pronunciado contra qualquer tentativa de pressão sobre o 2º Tribunal de Alçada de São Paulo, através da Procuradoria Geral do Governo de São Paulo, para impedir o esclarecimento da verdade sobre o incêndio da Vila Socó. Nesse sentido, estamos preparando, inclusive, juntamente com a nobre Deputada Irma Passoni, uma solicitação da CPI, para que possamos discutir e averiguar uma série de irregularidades existente, hoje, nos oleodutos da PETROBRÁS, que têm provocado danos irreparáveis à qualidade da vida deste país.

Somos da opinião de que a PETROBRÁS tem de investir, fundamentalmente, na exploração de petróleo, de que é importante ter-se atingido a meta de 500 mil barris/dia e de que é importante chegar às metas estabelecidas. Agora, isso não pode acontecer em detrimento das condições de transporte dos seus produtos, colocando-se em risco a vida das pessoas, da comunidade, e a destruição do meio ambiente. Este é o nosso posicionamento.

Voltamos a insistir nesta questão, no Congresso Nacional, apelando para que o Segundo Tribunal de Alçada de São Paulo faça um julgamento isento, sem pressões nem influências políticas neste processo que envolve o Presidente da PETROBRÁS, o Sr. Shigeaki Ueki.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é profundamente lamentável a campanha depreciativa contra o ilustre Governador Prof. Franco Montoro, de São Paulo, pois nós, desse Estado, presenciamos o trabalho sério, honesto e honrado do combativo e brilhante companheiro Governador Franco Montoro.

Desenvolve S. Exª uma obra extraordinária, como ele sempre diz, “um conjunto de pequenas obras que se constituem em uma grande obra”.

Mas, tanto do ponto de vista político, participando dos principais acontecimentos relacionados com a sucessão presidencial, como do ponto de vista de sua participação nos principais eventos de São Paulo, assim como em relação às suas principais metas, que apresentarei abaixo, tudo mostra o dinamismo, a luta, a coragem e o desprendimento deste Governador extraordinário. Não concordo com certas críticas depreciativas e afirmo que, com certeza, são críticas de invejosos, ou frustrados, pois de uma coisa o povo está certo: se ainda não foi possível construir uma grande administração, pelo menos S. Exª arrumou a casa, pôs ordem nos destinos de São Paulo e deu ao povo a segurança de um governo voltado para o social.

Suas secretarias, as suas empresas públicas e mistas, todas se desenvolvem de forma extraordinária.

Pego a transcrição de carta que recebi de S. Exª o Governador Franco Montoro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCISCO DIAS:

NOSSA PRESENÇA NA LUTA NACIONAL

A indispensável presença de S. Paulo na luta contra a crise nacional foi marcada, entre outras, pelas seguintes iniciativas: 1. Documento sobre a posição de S. Paulo para enfrentar a crise, propondo eleição direta, dinamização da economia voltada para o mercado interno, novo tratamento da dívida externa, reforma tributária em benefício dos Municípios e dos Estados e aplicação prioritária de recursos na área social. Esse documento, elaborado com representantes de setores da sociedade civil, foi levado ao Congresso Nacional. 2. Discurso de Ouro Preto: “É preciso continuar a obra de Tiradentes” (21 de abril de 1983). 3. Carta dos Municípios, firmada pelo Governador e Prefeitos do Estado, reivindicando a indispensável reforma tributária. 4. Documento dos Governadores pelas eleições diretas (“A Nação tem o direito de ser ouvida”), firmado em São Paulo pelos dez Governadores da Oposição, em 26 de novembro de 1983, e subscrito por mais de 90% dos Prefeitos do Estado. 5. Pronunciamento, em cadeia de TV e Rádio, defendendo o caráter pacífico e ordeiro do movimento pelas diretas. 6. Comício da Sé, 25 de janeiro de 1984. 7. Passeata e comício no Anhangabaú com a participação de cerca de 2 milhões de brasileiros. 8. Proposta de S. Paulo para a sucessão, sintetizada em 3 pontos: eleições diretas, candidato único das oposições e programa básico de Governo. 9. Novo comício da Sé, em 16 de junho de 1984, com a participação de 400 mil pessoas.

CINCO METAS DO MEU GOVERNO

Governar São Paulo é um desafio que exige trabalho, austeridade e espírito público; definição de metas e ação de equipe; equilíbrio entre atitudes de firmeza e diálogo democrático. A situação que atravessamos torna esse desafio mais árduo e as soluções mais difíceis. Mas isso não nos surpreende.

Já no discurso de posse, afirmo: “Não me proponho governar como se fosse possível resolver, da noite para o dia, a crise que atravessamos, mas sei que é grande o potencial de recursos e a capacidade de trabalho dos brasi-

leiros que aqui vivem. Se unirmos S. Paulo em torno da idéia patriótica de um desenvolvimento baseado em nossos próprios recursos e centrada na pessoa humana, iniciaremos um movimento de transformações sociais e políticas que há de marcar uma geração, em nosso Estado e no País”.

Dentro desse espírito, e como pontos fundamentais para superar e substituir o atual modelo centralizador e elitista, definimos objetivos prioritários de nosso Governo: 1. Política de manutenção e geração de empregos, principalmente mediante o apoio à agricultura, à construção civil e à pequena e média empresa; 2. Mobilização dos recursos públicos para o atendimento às necessidades básicas da população: saúde e alimentação, educação, segurança, habitação e transporte; 3. Estímulo a alternativas nacionais em substituição à tecnologias e produtos importados; 4. Austeridade e justiça na administração e valorização da função pública; 5. Política de descentralização, participação e apoio aos Municípios.

Essas metas marcam um estilo de Governo essencialmente diferente. Em lugar de grandes projetos, com financiamento e tecnologia vindos do Exterior; em lugar de decisões e recursos centralizados em gabinetes fechados, com facilidade para negócios especiais beneficiando grupos amigos; em lugar de Brastéis, Capemis, Delfins, Polonetas, Paulipetros, Usinas Atômicas ou Rodovias de Luxo; é a descentralização e a participação da comunidade, é o apoio à agricultura voltada para a produção de alimentos e o mercado interno, o fortalecimento dos Municípios, a defesa da pequena empresa, o estímulo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias adequadas à nossa realidade, a prioridade para as áreas de educação, saúde, segurança, habitação e transporte e, acima de tudo, rigorosa moralização no emprego dos recursos do Estado.

As medidas já adotadas — descritas no folheto anexo e nos documentos citados — apontam para um modelo de desenvolvimento fundado nas aspirações e necessidades da população, na realidade nacional e na participação ativa da comunidade. É um caminho alternativo para a superação da crise nacional, marcada pela centralização, o autoritarismo e a dependência.

São Paulo tem as condições necessárias para prestar a todo o País a cooperação de sua experiência e de seus recursos na construção de um novo Brasil, que quer caminhar para a democracia, a participação e o desenvolvimento independente.

Essa é a tarefa de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações.

O Sr. Manoel Costa Júnior — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. MANOEL COSTA JÚNIOR (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela absoluta falta de *quorum* e principalmente pela atitude arbitrária do Senador Moacyr Dalla, Presidente do Congresso Nacional, que tem evitado colocar em pauta a Emenda Theodoro Mendes, que restabelece as eleições diretas para o nosso País, em função disso, baseado no art. 28, solicito a V. Exª que suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — É evidente a falta de *quorum*. O requerimento de V. Exª tem respaldo regimental.

Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 20 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 28, de 1984-CN (6ª sessão); 29 e 30, de 1984-CN (2ª sessão).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.)

Ata da 207^a Sessão Conjunta, em 15 de agosto de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Fleming — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolph Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Mou-

ra — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiúza — PDS; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferrez — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Stu-

dart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Osman Leitão — PDS; Sebastião Nery — PDT; Simão Sesésim — PDS; Wilmar Palis — PDS

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarranz Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Días — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Mamedo — PDS; Irineu Brzesinski — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior —

PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimaraes — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Muller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Ibsen Piñeiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaca — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS;

Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS

Roraima

João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 srs. Senadores e 285 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão. (Pausa)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.101, de 1983.

O Sr. Manoel Costa Júnior — Sr Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem V. Ex^a a palavra

O SR. MANOEL COSTA JÚNIOR (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de **quorum** e levando-se em consideração — esta é uma atitude política — a insensibilidade do Senador Moacyr Dalla em não colocar na Ordem do Dia a Emenda Theodoro Mendes, solicito a V. Ex^a que suspenda a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem amparo regimental a questão de ordem de V. Ex^a em relação à falta de **quorum**. A Presidência, portanto, a acata.

Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 23 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70160**

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 78

Está circulando o nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Este número, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do *Voto Distrital*, contendo os seguintes artigos:

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarsó Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosângela Russomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Souza Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Gorgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Rarnos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1984 — Cr\$ 8.000,00
(nºs 81 a 84)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Subsecretaria de Edições Técnicas
SENADO FEDERAL
Brasília, DF — CEP 70 160

VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos:

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarsó Dutra*

Inadequação e inopportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Russomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas —
A. Machado Pauperio

A representação política e o sistema distrital misto —
Manoel Gonçalves Ferreira Filho

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Görgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*.

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)

**Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor
da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).
Atende-se, também, pelo reembolso postal.**

Subsecretaria de Edições Técnicas

SENADO FEDERAL

Brasília, DF — CEP 70160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00